

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GIOVANNA CUNHA PADILHA

**OS GOVERNOS MENEM E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS POLÍTICAS
APLICADAS EM SUA GESTÃO**

Porto Alegre

2019

GIOVANNA CUNHA PADILHA

**OS GOVERNOS MENEM E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS POLÍTICAS
APLICADAS EM SUA GESTÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Padilha, Giovanna Cunha
Os Governos Menem e as Consequências Sociais das
Políticas Aplicadas em sua Gestão / Giovanna Cunha
Padilha. -- 2019.
61 f.
Orientador: Luis Gustavo Mello Grohmann.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Governo Menem. 2. Plano de Convertibilidade. 3.
Neoliberalismo. 4. Pobreza. 5. Desigualdade. I.
Grohmann, Luis Gustavo Mello, orient. II. Título.

GIOVANNA CUNHA PADILHA

**OS GOVERNOS MENEM E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS POLÍTICAS
APLICADAS EM SUA GESTÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann – Orientador

UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Fagundes Leães

ESPM

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não só por ser o ambiente que me acolheu durante esses cinco anos, mas por me proporcionar momentos de grande aprendizado, por meio de um ensino público e de qualidade. Gostaria de agradecer, por conseguinte, ao meu orientador, Luis Gustavo Mello Grohmann, que diante das circunstâncias aceitou me orientar e o fez da melhor forma possível.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Themis e Marco Aurélio, que sempre me apoiaram e acreditaram em meu potencial, mesmo quando eu mesma não conseguia acreditar. Sem eles eu jamais teria conseguido a base educacional que tenho hoje, nem conquistado um terço do que já conquistei, nem ser a pessoa que hoje sou.

Agradeço também aos meus amigos, que de uma maneira ou de outra me ajudaram nessa jornada que foi a faculdade e o TCC. Ao Eduardo Secchi, Eduardo Rius, José Henrique, Júlio Spido, Matheus Bianco, Mariana Theodoro, Rodrigo Fuhr que me acolheram no último ano de 2018 e fizeram com que eu me sentisse parte de um grupo na finaleira do curso, não sei como teria sido sem vocês. Agradecer à Beatriz Rauber, que mesmo estando na China conseguiu me acalmar e dizer que tudo daria certo, ao Marcus Japeju, que juntos desabafamos sobre o sempre atrasado TCC e sobre os trabalhos extras que nos metemos, e ao João Estevam que também me ajudou muito. Ainda, gostaria de agradecer ao pessoal do estágio, minhas colegas Andresa e Paolla, sem as quais meus dias teriam sido menos divertidos, e aos meus chefes Bruno e Ricardo, pelas palavras de apoio e também pelas piadas.

Gostaria de agradecer também ao Fernando Galvão que escutou minhas angústias e sempre acreditou em mim, bem como ao João Lucídio e a Juliana Imperador, peço desculpas pela ausência nesse último ano. Em especial agradeço à Jeniffer, que esteve ainda mais próxima de mim, e que escutou não apenas minhas preocupações, mas também esteve ao meu lado para me abraçar e me acalmar quando pensei que nada daria certo.

Por fim, agradeço à professora Sonia Ranincheski, que mesmo por um curto período me auxiliou na escolha do tema do TCC e acreditou que eu seria capaz.

*"Voy a crear un canto para poder exigir
Que no le quiten a los pobres lo que tanto les costo
conseguir
Para que el oro robado no aplaste nuestro por venir.
Y a los que tienen de sobra no les cueste tanto repartir (...)
Yo no nací sin causa, Yo no nací sin fe
Mi corazón pega fuerte para gritar a los que no sienten
Y así perseguir a la felicidad
Que es un derecho de Nacimiento"*

(Derecho de Nacimiento - Natalia Lafourcade)

RESUMO

O presente trabalho trata sobre a evolução dos dois governos de Carlos Menem, entre 1989 e 1999, que teve como base a instituição de medidas neoliberais, dando ênfase para as consequências sociais fruto deles. Para isso, fez-se uma revisão de bibliografia especializada, ressaltando as políticas econômicas adotadas durante o período, com especial atenção ao Plano de Convertibilidade, principal medida aplicada e pela qual Menem ficou conhecido, além de outras reformas realizadas, como as privatizações. Para elucidar as consequências sociais resultantes do período, realizou-se um paralelo entre a teoria neoliberal e sua relação com os conceitos de pobreza e desigualdade, para depois aplicar esse paralelo dentro das políticas menemistas. Dessa forma, chegou-se a conclusão de que o cunho neoliberal do governo Menem resultou em um aumento da pobreza, desemprego e maior concentração de renda.

Palavras-chave: Governo Menem. Plano de Convertibilidade. Neoliberalismo. Desigualdade. Pobreza.

RESUMEN

El presente trabajo aborda la evolución de los dos gobiernos de Carlos Menem, entre 1989 y 1999, su base de políticas neoliberales y sus consecuencias sociales. Para ello, se hizo una revisión de bibliografía especializada, resaltando las políticas económicas adoptadas durante el período, con especial atención al Plan de Convertibilidad, que fue la principal medida aplicada y por la cual Menem se hizo conocido, además de otras reformas realizadas, como las privatizaciones. A fin de elucidar las consecuencias sociales resultantes de ese período, se realizó un paralelo entre la teoría neoliberal y su relación con los conceptos de pobreza y desigualdad, para después aplicar ese paralelo en el análisis de las políticas menemistas. De esa forma, se llegó a la conclusión de que el estilo neoliberal del gobierno Menem resultó en un aumento de la pobreza, del desempleo y en una mayor concentración de renta.

Palabras clave: Gobierno Menem. Plan de Convertibilidad. Neoliberalismo. Desigualdad. Pobreza.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Evolução da dívida externa em relação a Renda Nacional Bruta (1975 - 1983)..... | 20 |
| Gráfico 2 - Evolução dos níveis de indigência, pobreza e emprego na região de Grande Buenos Aires (1988 - 2002)..... | 40 |
| Gráfico 3 - Evolução do Coeficiente de Gini (1991- 2002)..... | 43 |
| Gráfico 4 - Variação do PIB (%) entre 1985 e 1999..... | 44 |
| Gráfico 5 - Gasto em Seguridade Social, Saúde e Educação per capita (1977 - 2006)..... | 46 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Índices econômicos na Argentina entre 1989 e 1994..... | 36 |
|---|----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| BM | Banco Mundial |
| BP | Balança de Pagamentos |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina e Caribe |
| CES | Conferência Econômica e Social |
| CGT | Confederação Geral do Trabalho |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IPC | Índice de Preços ao Consumidor |
| Mercosul | Mercado Comum do Sul |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OTAN | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| PA | Plano Austral |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PJ | Partido Justicialista |
| UCR | União Cívica Radical |

SUMÁRIO

| | | |
|---------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 | GOVERNO ALFONSÍN: DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA À HIPERINFLAÇÃO | 15 |
| 2.1 | READEQUAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES | 18 |
| 2.2 | ECONOMIA..... | 19 |
| 2.2.10 | Plano Austral | 22 |
| 3 | GOVERNO MENEM | 25 |
| 3.1 | PERONISMO NEOLIBERAL?..... | 27 |
| 3.2 | A POLÍTICA EXTERNA DO MENEMISTA: EPISTEMOLOGIA E APROXIMAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS | 29 |
| 3.3 | AS REFORMAS MENEMISTAS | 33 |
| 3.3.1 | Plano de Convertibilidade e o apoio do FMI | 35 |
| 4 | AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS POLÍTICAS DOS GOVERNOS MENEM... | 37 |
| 4.1 | TEORIA NEOLIBERAL, POBREZA E DESIGUALDADE | 38 |
| 4.2 | MERCADO DE TRABALHO | 39 |
| 4.2.1 | Privatizações e desindustrialização | 41 |
| 4.3 | DESIGUALDADE E POBREZA NOS ANOS 90 | 42 |
| 4.4 | POLÍTICAS SOCIAIS NOS ANOS 90 | 44 |
| 4.4.1 | Programas alimentares | 47 |
| 4.4.2 | Programas de emprego, bolsas de estudo e inclusão social | 47 |
| 5 | CONCLUSÃO | 49 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 54 |
| | ANEXO A – TABELA DE EVOLUÇÃO DA INDIGÊNCIA, POBREZA E DESEMPREGO EM GRANDE BUENOS AIRES (1988 - 2002) | 61 |

1 INTRODUÇÃO

A partir do período do pós-Segunda Guerra Mundial, teve início uma discussão entre diversos intelectuais acerca da necessidade de se retomar o debate acerca do liberalismo. Com isso, temos a primeira reunião significativa desse movimento em 1947, na Sociedade de Monte Pèlerin, uma organização internacional composta por filósofos, economistas e políticos dos mais variados países com o objetivo de promover os princípios e valores do liberalismo, com a participação de expoentes do liberalismo como Hayek e Von Mises (SANTOS, 2004; HARVEY, 2007). Foi a partir dessa reunião que o ideal neoliberal começou a se alastrar, começando pela academia, com a Escola de Chicago (SANTOS, 2004).

Foi na década de 1970 que o neoliberalismo começou a ser implantado na América Latina, com seu primeiro exemplo no governo de Pinochet, no Chile. A partir daí, houve um alastramento do neoliberalismo na região, resultando no primeiro governo neoliberal da Argentina, comandado por Carlos Menem. Foi nos países latino-americanos em que o neoliberalismo conseguiu melhor se instalar e mais causou prejuízos à sociedade, principalmente nas camadas mais pobres (HARVEY, 2007; IBARRA, 2011).

De acordo com David Harvey (2007), o neoliberalismo tem como pressuposto que para que as liberdades individuais sejam protegidas, o Estado neoliberal deveria garantir acima de tudo os direitos da propriedade privada, a obediência às leis e as instituições do livre mercado e do livre comércio. Nesse contexto, as empresas privadas seriam as fontes de inovação e geração de riqueza, resultando em um aumento do nível de vida dos cidadãos. O livre mercado, nesta concepção, é única ferramenta de erradicação da pobreza, tanto no âmbito doméstico, quanto no mundial (HARVEY, 2007).

Para os defensores da teoria neoliberal, quanto menos definidos os direitos de propriedade privada, mais difícil fica o desenvolvimento econômico, ou seja, deve haver uma privatização de, se não todos, da maior parte dos ativos de um Estado. É necessário, portanto, transferir todos os setores econômicos outrora controlados pelo Estado para a iniciativa privada, além de desregulamentá-los, extinguindo qualquer tipo de interferência estatal. Outro importante item para o desenvolvimento econômico de um Estado para esses teóricos é a competição. Conforme o neoliberalismo, a competição junto com a privatização e a desregulamentação é benéfica ao consumidor, uma vez que fazem com que haja a oferta de bens e serviços mais baratos, além de

diminuírem os encargos tributários, pois eliminam a burocracia e aumentam a eficiência e produtividade, melhorando a qualidade das mercadorias e reduzindo seus custos. A fim de atingir o desenvolvimento econômico, o Estado neoliberal deve também se reorganizar internamente e melhorar suas instituições, com o objetivo de aumentar sua competitividade frente a outros Estados do mercado global (HARVEY, 2007; SANTOS, 2004).

A liberdade individual é garantida pelo Estado neoliberal, partindo do pressuposto de que o indivíduo é responsável por tudo que se refere ao seu bem-estar: educação, saúde, proteção social e até mesmo sua aposentadoria. Desse modo, o Estado transfere qualquer êxito ou falha do cidadão a ele próprio, baseado em um sistema meritocrático, e desconsidera fatores sistêmicos vistos como inerentes ao capitalismo, como a má distribuição de renda (KOTZ, 2015).

Para Harvey (2007), o neoliberalismo prega que a “livre mobilidade de capital entre setores, regiões e países” é fator crucial. Dessa maneira, a não ser que seja uma área de interesse nacional, o Estado neoliberal deve eliminar todas as barreiras para a movimentação de capitais, colocando a circulação de mercadorias e de capital como subservientes do mercado global. A competição internacional promoveria uma redução de preços e, por consequência, o controle inflacionário. Assim, os países deveriam fazer acordos entre si, extinguir as barreiras comerciais e negociar a abertura de mercados (HARVEY, 2017).

O neoliberalismo pode ser considerado como uma nova fase de capitalismo, em que, após um período de retrocesso, o poder da renda do capitalista foi restaurada, tendo, portanto, uma nova hegemonia financeira, tal qual no início do século XX nos Estados Unidos (DUMÉNIL; LÉVY, 2017). A partir de 1980, países latinos veem suas dívidas externas crescerem em função do aumento da taxa de juros nos Estados Unidos somado ao colapso do sistema de substituição de importações, entrando, assim, em graves recessões (VIZENTINI, 1999; RANGEL & GARMENDIA, 2012). Há então, de acordo com Rangel e Garmendia (2012) a busca por um “modelo econômico aberto, estável e liberalizado”. Essa busca é concretizada pelo Consenso de Washington, um plano idealizado nos Estados Unidos para a América Latina, baseado na abertura e austeridade da economia (SANTOS, 2004).

O modelo surgiu de uma conferência de economistas e representantes de organismos internacionais, que ressaltaram dez políticas econômicas para que a América Latina se reestruturasse, sendo elas: (1) disciplina fiscal; (2) cortes nos gastos públicos; (3) reforma fiscal; (4) liberalização financeira; (5) câmbio competitivo; (6) liberalização do comércio; (7)

liberalização do Investimento Estrangeiro Direto; (8) privatizações; (9) desregulamentações; e (10) direitos de propriedade. Esses dez pontos foram acordados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Tesouro Americano e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no que eles afirmavam serem políticas econômicas necessárias para o desenvolvimento dos países latinos. Vale ressaltar que essas dez medidas eram condicionantes para que os Organismos Internacionais auxiliassem os latino-americanos a saírem da crise. Buscava-se, com esse modelo, abertura econômica na esfera internacional e estabilidade econômica por meio do controle das finanças públicas (RANGEL & GARMENDIA, 2012).

É importante frisar, porém, que a teoria neoliberal tem como característica considerar qualquer tipo de investimento em infraestrutura social, seja ela na área saúde, previdência ou educação, como um gasto desnecessário ao Estado. Dessa maneira, o governo que implementa políticas neoliberais tende a dar maior importância à austeridade e busca do equilíbrio das contas públicas, preterindo a qualidade de vida e bem-estar social (REYNARES, 2017).

O presente trabalho pretende fazer um estudo de caso do primeiro governo neoliberal instalado na Argentina, o governo de Carlos Saúl Menem (1989 - 1999), que se elegeu com apoio de uma base peronista. Foi escolhido o período entre 1989 e 1999 por ser o período que compreende os dois mandatos da gestão, além de representarem também o marco do início de um governo com hiperinflação, seguido de um curto período de crescimento econômico e o término dele em meio a um grave período recessivo no país. A relevância do estudo do governo de Menem, para além da hiperinflação que atingiu a Argentina, é de extrema importância por ter sido o segundo governo neoliberal na América Latina, ajudando, portanto, na compreensão da onda neoliberal que tomaria força na região depois de sua instauração. Ainda, por ter sido um dos países em que as políticas neoliberais mais bem foram aplicadas, e por se localizar ao lado do Brasil, tendo grande influência tanto política quanto economicamente (VALLE-FLOR, 2005).

Sendo assim, o trabalho buscará responder quais foram as consequências sociais das políticas e reformas neoliberais aplicadas durante o governo de Menem para a Argentina, a fim de averiguar se houve uma diminuição na qualidade de vida da população do país no final do período. Como objetivo geral analisará o período em que Menem esteve no poder, bem como as reformas neoliberais que ele instituiu, enfatizando as consequências sociais para a Argentina, enquanto como objetivos específicos irá **(I)** Analisar as políticas neoliberais aplicadas por

Menem durante seu governo e **(II)** Identificar as consequências sociais das políticas de Menem para a Argentina. Isso será por meio de uma revisão bibliográfica, atentando para o desenvolvimento histórico dos governos, e atenção à índices sociais como pobreza e desemprego.

O trabalho será dividido em três capítulos, além da introdução e conclusão, sendo o primeiro uma contextualização do período anterior ao do governo Menem, versando sobre o governo Alfonsín e a transição democrática, perpassando a readequação das forças armadas, o aspecto econômico do governo e o seu fim na hiperinflação. O segundo capítulo de desenvolvimento será sobre o governo Menem propriamente dito, sua construção política com base no peronismo, e uma rápida análise sobre a dicotomia entre o caráter neoliberal do seu governo e as bases de seu partido. Depois, no mesmo capítulo, será exposta a política externa do de Menem, importante face do consenso neoliberal, e por fim as reformas menemistas, bem como uma elucidação acerca do Plano de Convertibilidade. Já o terceiro capítulo irá se aprofundar no aspecto social do governo Menem, primeiramente fazendo uma relação entre a teoria neoliberal e a pobreza e desigualdade, para depois analisar o impacto das privatizações e da desindustrialização na sociedade argentina, a deterioração do mercado de trabalho, a pobreza e a desigualdade em si na década de noventa, bem como as políticas sociais aplicadas no período.

2 GOVERNO ALFONSÍN: DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA À HIPERINFLAÇÃO

Nos últimos dez anos da administração militar argentina, os partidos políticos Partido Justicialista (PJ), também conhecido como Peronista e União Cívica Radical (UCR) renovaram-se estrutural e administrativamente suas posições dentro do horizonte político do país. Durante o período de renovação, apesar de historicamente ter divergências com os ideais democráticos, o Partido Justicialista deixou de lado sua tradicional organização vertical, passando a realizar métodos participativos de regulação do funcionamento interno e a democracia passou a ter importância dentro da pauta de preocupações do partido (ROMERO, 2007).

A UCR começou modificações por iniciativa de Raúl Alfonsín, a partir da criação do Movimento de Renovação e Mudança dentro do partido, no intuito de disputar a liderança da organização com a linha sucessória de Ricardo Balbín¹. Alfonsín, deste modo, foi ganhando espaço dentro do partido e derrotando os herdeiros de Balbín, diferenciando-se entre os políticos por criticar antecipado e veementemente os militares, por não se envolver na discussão a respeito da Guerra das Malvinas, além de ter como agenda principal a reconstrução da democracia. Nesta agenda também propôs reformas sociais e políticas, reivindicando aspectos éticos na sociedade e no Estado, por meio de um discurso bastante diferente do tradicional radical, conquistando muitos eleitores (PUCCIARELLI, 2011).

Os dois partidos rapidamente conseguiram conquistar boa parte do espaço político, angariando um significativo número de filiados e simpatizantes devido ao grande momento de engajamento político no qual se encontrava a sociedade argentina. Esses partidos tentaram capitalizar desse desejo por participação política da sociedade, considerada por muitos de primavera dos povos. Contudo, foi um movimento que esfriou com certa rapidez, uma vez que eles não conseguiram construir uma ponte satisfatoriamente eficiente entre esse anseios sociais e seu encaixe dentro do jogo político, ocorrendo o mesmo com sindicalistas e empresários, sem conseguir de fato construir uma intermediação e negociação com a sociedade (ALCÁNTARA, 1990).

¹ Advogado e político argentino, com grande importância dentro da UCR. Chegou a ser indicado para presidência cinco vezes (PIGNA, 2019).

No entanto, a falta de eficiência na intermediação não desencorajou os partidos e a população, visto que havia uma euforia por parte da sociedade pela volta da democracia. Neste momento havia um forte ideário de um pluralismo na política, de acordos e de uma subordinação da política à ética, colocando acima de tudo a noção de civilidade. De acordo com Romero (2007), os peronistas, contudo, não conseguiram integrar-se totalmente a dinâmica dessa nova fase democrática, submetendo-se novamente as práticas de seus antigos métodos e discursos, de luta contra a dependência e apelando às piores estratégias de depreciação do opositor, e com um candidato bastante fraco (ROMERO, 2007).

Alfonsín, ao contrário, seguindo a sua agenda democrática, fez seus apelos baseando-se primeiramente na Constituição, e por esse caminho a defesa de uma modernização da sociedade, tendo como princípios um espaço justo, laico e colaborativo, ao mesmo tempo em que condenava o regime militar e acusava os peronistas sindicalistas de terem um elo com os militares, intitulado tal relação como “pacto militar-sindical”. O fundamento dessa acusação se encontrava no fato de que ainda havia alguns justicialistas com esperança de que houvesse novamente, tal qual nos anos 40², uma aliança entre o povo e as forças armadas (DI TELLA, 2017). Como contraponto a esse argumento, Di Tella (2017) afirma que todos os golpes militares praticados até então tiveram como objetivo retirar os peronistas do poder, sendo eles e os sindicatos aqueles que mais tiveram problemas com o governo durante o período do Processo³, com muitos de seus representantes permanecendo na cadeia durante um tempo.

De qualquer maneira, a UCR era um partido em essência moderado e liberal, sendo provavelmente o ideal para o momento de transição após uma época de tanta violência. Dessa maneira, Alfonsín colocou a democracia como a solução para os problemas de médio e longo prazo de sua nação, conseguindo primeiramente a vitória dentro de seu partido, depois nas primárias argentinas, o que conseguiu levá-lo a vencer as eleições de 1983, com 52% dos votos (DI TELLA, 2017; QUIROGA, 2005?).

Logo após assumir o poder, Alfonsín fez sua simbólica aparição na *Plaza de Mayo*, em um ato que foi de certa forma duplamente transgressor: um radical eleito depois de décadas de

² Entre 1946 e 1955 ocorreram as duas primeiras presidências de Perón (DI TELLA, 2017)

³ Nome dado ao período referente a ditadura militar na Argentina entre os anos de 1976 e 1983, uma vez que o golpe de 1976 tinha como objetivo tirar os peronistas do poder, mas de uma maneira mais institucionalizada. Dessa maneira, os militares denominavam o golpe como um “Processo de Reorganização Nacional”, e depois o período ficaria conhecido apenas como “Processo” (DI TELLA, 2017).

vitórias peronistas e o primeiro presidente civil a governar após o período de ditadura. À vista disso, a população demonstrava uma euforia naquele momento, como a verdadeira volta da tão sonhada civilidade para a Argentina. De certa maneira até mesmo Alfonsín precisou lidar com estes grandes anseios de que a democracia colocaria um fim a todos os problemas em que o país se encontrava, até pelo fato de que o próprio recém eleito presidente ter vendido essa ideia (ALCÁNTARA, 1990).

As corporações sindicais, militares e a própria igreja apresentavam ainda alguma força em outros campos da sociedade argentina, mas se encontravam um pouco fragilizados com a derrubada do antigo regime, restando-lhes apenas observar esse novo período democrático e esperar por uma organização política que representasse suas demandas. Ao mesmo tempo, o peronismo estava em um momento também de instabilidade interna, já presente desde antes da eleição, mas agravada depois do que foi sua primeira derrota eleitoral para os radicais. Nesse momento, iniciou-se um novo processo de configuração dentro do partido no qual os peronistas sindicalistas começavam a deixar o mando do partido, ao passo que os peronistas políticos passavam a assumir esse mando, mas com uma estrutura ainda bastante débil e tentando se estabilizar (ROMERO, 2007).

O alfonsinismo tinha o objetivo de construir um Estado democrático forte que aglutinasse todas as organizações sociais e partidos políticos comprometidos com a democracia. Para realizar isso, tinha a convicção de que precisaria retomar o monopólio da violência legítima, que havia sido tomado por parte das corporações militares. Essa legitimidade seria conseguida por meio do processo eleitoral, de maneira que o consenso conseguido referente aos candidatos para as eleições se transformasse, de acordo com Pucciarelli (2011, tradução própria) em um “processo de construção de um tipo de poder político de caráter popular, capaz de assegurar condições mínimas de governabilidade e estabilidade institucional”, fato que a princípio deveria se tornar mais fácil com sua vitória (PUCCIARELLI, 2011).

O desafio de Alfonsín, portanto, era de transformar as instituições que de alguma maneira auxiliaram para a manutenção do regime militar, a fim de que a confiança entre a população civil e militares se refizesse. Sendo assim, precisaria reformar tanto as forças armadas, que de maneira direta foram responsáveis pela violação de direitos humanos, mas também o sistema judiciário que por omissão ou ação participou desse período autoritário. Nesse cenário, ao tratar do assunto

de direitos humanos sob o ponto de vista judiciário, precisaria de auxílio dessa mesma instituição para conseguir reconstruir as relações civil-militares (BARTON; TEDESCO, 2004).

2.1 READEQUAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES

Felipe Agüero (1989) classifica o poder militar pós-transição democrática de acordo com a forma com que ela foi realizada. Essa classificação depende se o regime precedente era primordialmente civil ou militar, e a maneira como essa transição ocorreu: se de maneira pactuada, através de uma reforma gradual, por golpe militar ou ainda se por uma derrota militar seguida de uma queda do regime. De acordo com essa classificação, a Argentina é um dos tipos de regimes que ocorreram depois de uma derrota militar seguida de um colapso do regime, resultando, por conseguinte, em uma posição “fraca” dos militares.

O regime militar argentino era tido como um regime autoritário comandado de maneira hierárquica, e sua derrota na Guerra das Malvinas de fato influenciou bastante em sua derrocada. Entretanto, foi o regime que teve a transição mais livre na América Latina, que ocorreu sem nenhum tipo de reforma pactuada, uma vez que sua organização interna se encontrava, como instituição, extremamente dividida, com o perigo inclusive de ocorrer um conflito armado dentro das forças armadas. Isso deu condições para que os partidos pudessem recusar todos os três acordos propostos pelos militares, não ocorrendo, eleições indiretas como no Brasil, nem exclusão de algum candidato para presidência, tal qual no Uruguai, e sem ter partes da constituição autoritária ainda em vigor, como no Chile (LINZ; STEPAN, 1999).

A estratégia de Alfonsín para com as forças armadas era de enfraquecer o seu poder político, e para isso suas principais medidas foram a proposta de revogação da Lei da Anistia instituída durante o governo militar e processar os militares pertencentes às Juntas Militares. Entretanto, a fim de que os processos contra militares que infringiram os direitos humanos não continuassem surgindo indefinidamente, o presidente propôs ao Congresso a lei chamada “Ponto Final”, que colocava um prazo de 60 dias para realizar as acusações, a partir de sua decisão no final de dezembro. Mesmo janeiro sendo período de recesso do judiciário, muitas Câmaras Federais suspenderam para conseguir as férias, e ao final de fevereiro de 1987, 487 novos casos foram abertos. Após insurgências de militares no mesmo ano, foi passada uma lei que apenas exonerava as patentes de tenente-coronel para baixo que (BARTON; TEDESCO, 2004).

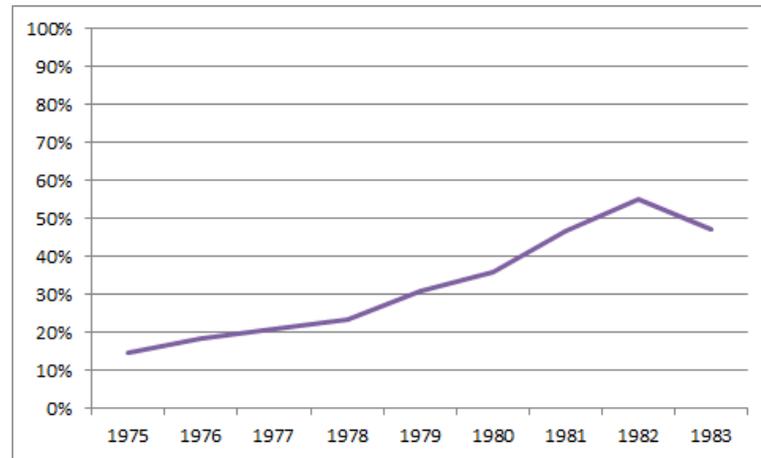
Com o passar do governo, porém, se viu que a questão de reconstrução da democracia e reforma das instituições por si só não eram os únicos fatores a serem levados em conta depois com o fim do Processo. Ainda existia uma certa instabilidade na governança do Estado por uma falta de legitimidade do governo perante a população, e também em função dos problemas econômicos herdados da ditadura (ROMERO, 2007). Barton e Tedesco (2004) afirmam que:

O primeiro governo democrático teve que lidar com esse legado econômico [do regime militar] e com as consequências das violações dos direitos humanos. Além disso, teve que reescrever o contrato social para poder democratizar a instituição estatal. O legado econômico mostrou-se difícil de gerenciar e transformar no meio de uma grave crise da dívida externa (p.95).

2.2 ECONOMIA

A gestão econômica do período do regime militar se baseava em sucessivas desvalorizações da moeda. Esse tipo de política era fundamental na época em função dos altos juros internacionais e da deterioração dos termos de troca, sendo assim indispensável para haver um ajuste externo equilibrado. Somado a isso, os militares realizaram também a chamada estatização da dívida, em que o Estado assumia as dívidas de empresas privadas, fazendo com que a dívida externa passasse de 18,8 bilhões de dólares em 1978 para 46 bilhões de dólares em 1983, resultando em um aumento dos desequilíbrios fiscais cada vez mais difíceis de serem administrados. (NOVARO; PALERMO, 1996).

Os militares procuraram recuperar a economia argentina depois que alcançou um índice de inflação de 600% em 1976, em uma tentativa de estabilizá-la e liberalizá-la simultaneamente, mas sem sucesso, acumulando uma dívida externa crescente, como é possível ver no Gráfico 1, e sem conseguir aumentar as exportações, um dos grandes objetivos governo. Nesse cenário, a própria população se adaptava deixando de fazer grandes investimentos, e gastando o seu salário assim que recebesse, uma vez que em um mês ele poderia perder de 15% a 20% do seu valor. Ainda os próprios comerciantes em uma tentativa de se proteger da inflação remarcavam os preços de seus produtos acima da taxa, resultando em um aumento ainda maior. (WYNIA, 1992).

Gráfico 1 - Evolução da dívida externa em relação a Renda Nacional Bruta (1975 - 1983)

Fonte: World Bank (2019). Elaboração própria.

Dessa maneira, Alfonsín herdou uma economia extremamente fragilizada, principalmente desde 1981, e não conseguiu aplicar políticas efetivas para estabilizá-la. A inflação passou de 626% no final de 1983, para 1080% em 1984, enquanto a dívida externa também aumentou de 46 bilhões em 1983 para 48,4 bilhões em 1984. Por conseguinte, as reservas internacionais foram se extinguindo para cobrir a dívida externa extremamente alta e cerca de 60% dos ganhos com exportações que a Argentina angariava também ia para a dívida externa. Com isso o desemprego estava em um patamar elevado e o padrão de vida dos argentinos cada vez mais piorava, com um governo que possuía pouca habilidade para administrar a crise e os anseios da população, desde demandas por mais educação até o pagamento do salário de seus empregados (MACLACHLAN, 2006; ROMERO, 2007).

No início de 1984, Alfonsín havia suspenso os pagamentos da dívida externa e sistematicamente atrasado o pagamento de juros, em uma tentativa de aplicar políticas econômicas heterodoxas e utilizar as reservas para o desenvolvimento da economia, ao contrário do que o FMI recomendava. Entretanto, com a inflação em alta, uma dívida externa crescente e, assim, uma balança de pagamentos fora de controle, o presidente se viu obrigado a assumir uma política de conciliação com o FMI: em setembro de 1984, assinou um pacote de austeridade, concordando em realizar os ajustes ortodoxos já conhecidos para ser elegível ao auxílio (COONEY, 2007).

Além dos condicionantes técnicos que veremos a seguir, o FMI pediu também a pagamento da dívida não quitada desde 1982, sob moratória, pagamento dos juros atrasados até junho de 1985, e também, para esta mesma data, a renegociação das dívidas com os credores e com o Clube de Paris (MASSANO, 2018). Segundo Conklin e Davidson (1986), os condicionantes para a realização de um acordo *stand-by*⁴ com o FMI naquele momento eram:

(1) Redução da inflação para uma taxa anual de de 150% no último quarto de 1985 (ou uma taxa de 14% ao mês); (2) Redução de gastos públicos - com meta para reduzir o déficit do setor público de 12,5% do PIB em 1983, para 10% em 1984 e 5% em 1985; (3) Redução de gastos públicos para que a proporção de gastos do governo em relação ao PIB não seja superior a 31% na primeira metade do ano e 30% na segunda metade. Orçamento militar a ser cortado, com aumentos nas despesas com moradia, saúde e educação; (4) Aumento de impostos; (5) Adiar aumento dos salários - buscando uma política de salários consistente com o desaceleramento da inflação; (6) Controle de preços e importações; (7) Política cambial flexível; (8) Redução da taxa de crescimento do crédito; (9) Política de juros flexível para incentivar a poupança e a alocação eficiente de crédito; (10) Desvalorização do peso.

Mesmo com os esforços para redução da inflação, porém, em fevereiro a Argentina não conseguiu alcançar a meta estipulada: no final de 1984 a taxa mensal estava em 23% e em janeiro 25%, acima dos 14% de meta. Com isso o FMI suspendeu os pagamentos do acordo de *stand-by*, e a Argentina passou três meses tentando renegociar as prerrogativas com o FMI, e apenas em junho conseguiu com que fossem modificadas as condições. As novas condições foram: o aumento do prazo para redução da inflação a uma taxa anual de 150%, colocando-o para 1986, um ano depois; uma redução no fornecimento de dinheiro; em vez de política de juros flexível, um expressivo aumento nos juros; definição do aumento dos salários para apenas 90% da inflação; aumento nos custos de serviços do governo; redução do déficit do governo para 5% do Produto Interno Bruto (PIB) até abril de 1986; ainda uma desvalorização do peso; e uma maior redução dos gastos públicos, para 12% em vez de 30% (CONKLIN; DAVISON, 1986).

⁴ Acordo *Stand-by* do FMI é o instrumento de empréstimo utilizado pelo organismo internacional para países emergentes ou desenvolvidos que se encontram com problemas na balança de pagamentos (IMF, 2019).

No íterim entre final de 1984 quando o acordo foi assinado, e sua renegociação, assumiu um novo ministro da economia, Juan Vital Sourrouille, depois que o antigo - Bernardo Grinspun - não obteve sucesso no cumprimento do primeiro pacote de austeridade. Antes mesmo de Grinspun renunciar, as câmaras de comércio juntamente com a Confederação Geral do Trabalho (CGT) criaram o “clube dos 11” com um plano econômico alternativo ao do governo. Depois disso, o presidente anunciou o “Ato das Oliveiras” que apresentava uma síntese desse novo plano de governo, que foi negociado dentro da Secretaria de Planejamento do Ministério da Economia sem envolver a figura do então ministro da economia. Sourrouille então coloca em pauta a criação desse novo plano econômico e nova moeda, no que ficaria conhecido como o Plano Austral (PA) (ARUGUETE, 2006).

2.2.1 O Plano Austral

Com Sourrouille como ministro, as críticas dos organismos de crédito se moderaram. Sendo assim, o ministro liberou os preços internos dos produtos, que estavam sob um controle formal, para criar uma dinâmica de preços relativos, que serviria como uma base para o PA. A inflação então deu um enorme salto entre fevereiro e junho de 1985, claramente colocando o peso dessa mudança da base de preços relativos para a instauração do PA em junho em cima dos trabalhadores assalariados, e que depois os preços passariam a ser congelados. Essa medida, entre outras, tinha como objetivo também outros dois pontos principais para que a economia se estabilizasse e conseguisse parar o aumento da inflação. O primeiro ponto consistia em obter a confiança do mercado empresarial que Grinspun não havia conquistado, e o segundo em conseguir um consenso social necessário para o chamado choque anti-inflacionário (MASSANO, 2018).

A crise econômica que vinha ocorrendo na Argentina desde o período militar do Processo se deu pelo fato de que até aí a economia se comportava no chamado “*stop and go*”, em que a inflação se mantia mais ou menos estável, com algumas oscilações. Os períodos de crise eram resolvidos por meio de desvalorizações e recessões para o início de um novo ciclo de crescimento. Esse tipo de plano é o chamado plano ortodoxo, que parou de funcionar após o início do Processo. O choque anti-inflacionário citado no parágrafo anterior é conhecido principalmente como choque heterodoxo, uma maneira considerada inovadora nos 80 de se lidar

com as altas de preços. O choque heterodoxo nada mais era do que a aplicação de um congelamento geral dos preços, salários e taxa de câmbio, concomitantemente com uma mudança da política monetária. Para que o choque heterodoxo desse certo, era necessário o apoio de comerciantes para não aumentarem os preços de seus produtos durante o congelamento, e uma confiança por parte da população, o consenso social já citado, para apoiar o plano e também cobrar dos estabelecimentos do cumprimento do congelamento (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 1986).

A mudança da política econômica foi sendo realizada de maneira gradual por Sourrouille. Nesse período, portanto, a taxa de câmbio, o preço da carne e as taxas públicas aumentaram, enquanto o ajuste de salários foi inferior ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês anterior, sem haver ajuste retroativo, e mesmo com esse aumento, conseguiu-se diminuir os gastos públicos em 12%. Além disso, os preços da indústria foram flexibilizados, agora variando junto com o câmbio, o que gerou uma segurança para os industriais caso o governo não conseguisse conter a inflação e precisasse realizar uma desvalorização. Ainda, foi acordado um empréstimo endossado pelo Reserva Federal e pelo Tesouro dos Estados Unidos para pagar os juros que estavam atrasados (PERALTA RAMOS, 2007).

Além de todos esses fatores, era necessário agora o consenso social para que a base para o PA ficasse de fato pronta. Foi por meio de um grande discurso na *Plaza de Mayo* em abril de 1985 que Alfonsín conseguiu de maneira política esse apoio. Muitos temiam que os militares tentassem desestruturar a democracia com o aparecimento de uma crise econômica, o que de fato era um risco frente a um novo plano econômico. Entretanto, em vez de retroceder, Alfonsín utilizou desse medo para criar o consenso social de que apenas por meio da instauração desse novo plano que a democracia conseguiria de fato tornar-se sólida. Dessa maneira, com um discurso baseado em “democracia ou autoritarismo”, o presidente conseguiu o voto de confiança da sociedade para seguir em frente com o PA (MASSANO, 2015).

Mesmo com esse discurso que pareceu ser bastante seguro e convincente, grande parte das pessoas esperava que Alfonsín desistisse de colocar o PA em prática, em função das grandes pressões por parte da CGT. Desde o anúncio de que haveria um novo plano econômico com fortes bases em políticas de austeridade, a CGT deixou claro o quanto era contra. Os sindicalistas demandavam que Alfonsín abandonasse os acordos com o FMI e seu pacote de austeridade, e se voltasse novamente para as demandas do povo, que pediam aumento de salário e fim das políticas

econômicas que colocavam os trabalhadores em uma situação de vida cada vez pior. Entretanto o presidente não retrocedeu, já que as primeiras tentativas de retomada da economia no início do governo não haviam dado certo, e em função da grande pressão internacional para que a Argentina continuasse no caminho da austeridade, mesmo com as greves promovidas pela CGT em maio daquele ano (WYNIA, 1982).

Assim, em junho de 1985 foi implementado o PA, que combinou uma série de medidas fiscais e monetárias ortodoxas em conjunto com o choque heterodoxo, além de criar a nova moeda, o Austral, em substituição ao antigo peso, com o objetivo de, depois de um aumento de 35% dos preços do consumidor, salvar a economia argentina da hiperinflação. Dadas as tensões que existiam entre a Argentina e o plano internacional em função das metas não cumpridas entre dezembro/84 e maio/85, o PA surgiu em um momento bastante delicado, que poderia não ser o melhor, mas mesmo assim implementado com o apoio do FMI e do Tesouro Americano. Dessa maneira, em um primeiro momento, o PA foi bastante exitoso: logo após sua implementação, o FMI liberou um empréstimo de 1,2 bilhões de dólares, ligado a um empréstimo de 470 milhões do Tesouro Americano, conseguindo com que a taxa de inflação mensal dos seis meses seguintes conseguisse se manter em volta dos 20%, comparada a taxa de 28% no quarto anterior (SMITH, 1990).

Somado à diminuição da inflação, o PA também conseguiu recuperar a atividade econômica logo depois de sua implementação, uma vez que os preços relativos haviam sido flexibilizados evitando que os empresários retraissem o mercado. O fornecimento de crédito começou a aumentar também, com os bancos voltando a receber poupança, mesmo com a taxa de juros estando baixa, e o déficit fiscal reduziu de 11% do PIB para 3% no terceiro trimestre, e 2,2% no quarto. No médio prazo os salários diminuíram de valor, mas mesmo assim foi conseguido um aumento relativo no poder de compra do consumidor, também acompanhado por uma pequena recuperação nos níveis de emprego (GERCHUNOFF; LLACH, 1998).

Em 1986, a situação econômica continuou melhorando, com a média mensal de inflação no primeiro trimestre girando em torno dos 3%. Mesmo assim, as relações do governo com o empresariado e os trabalhadores não era das melhores, visto que não havia grande abertura para participação das duas classes nas decisões econômicas, por mais que a equipe econômica desejasse e precisasse do apoio delas. De maneira relutante foi criada a Conferência Econômica e Social (CES), que deu espaço privilegiado para representantes do empresariado e dos sindicatos,

fato que conseguiu segurar as expectativas de ambos por um tempo (ACUÑA; GOLBERT, 1989).

Pouco tempo depois, embora comerciantes ainda apoiassem o PA, mesmo com ressalvas, as grandes empresas privadas ainda se mostravam receosas com o novo plano, segurando mercadorias e aplicando outras medidas protetivas, em uma tentativa de pressionar os preços. De outro lado, CGT foi veementemente contra o PA desde o início, em vista da grande oneração que ele colocava sobre os trabalhadores e a completa falta de contrapartida por parte do governo quando tentaram pleitear um aumento real dos salários. Com o congelamento cada vez mais problemático, em 1986 Alfonsín acabou cedendo e aceitou descongelar os preços e passar a ter uma flexibilização dos preços regulada e tolerar uma taxa de inflação moderadamente alta (SMITH, 1990).

Uma vez que o PA original fora abandonado, a situação econômica da Argentina começou a piorar novamente, e o governo continuou lutando contra a inflação até o final de seus dias, quando estourou a crise da hiperinflação em 1989, fazendo que o presidente renunciasse ao seu posto seis meses antes do término do mandato. Durante toda gestão de Alfonsín, o governo argentino permaneceu em constante tensão com o FMI, visto que sempre preferia tentar seguir as suas próprias políticas econômicas. Todavia com o constante crescimento da dívida externa e aumento da inflação sem cessar, o presidente se via tendo que ir contra suas próprias convicções e ceder às políticas do FMI (COONEY, 2007).

Isto posto, o governo se via sendo obrigado a submeter à ele e ao seu país às políticas econômicas austeras neoliberais, resultado das pressões tanto das elites locais quanto do próprio FMI. Sendo assim, por mais que em diversos momentos Alfonsín tenha aplicado medidas heterodoxas, em um balanço final do seu governo as medidas ortodoxas se destacaram. Portanto, o governo de radical tornou-se apenas uma continuidade de medidas econômicas neoliberais buscadas pelo governo militar e mais tarde por Menem (COONEY, 2007).

3 GOVERNO MENEM

Depois de uma década de deterioração da economia, as eleições de 1989 colocaram Carlos Saúl Menem no poder, por meio do chamado golpe de mercado no primeiro semestre, que resultaria na volta da hiperinflação no meio do ano. Segundo Borón (1991), esse golpe de

mercado foi realizado pelo grande capital desde o início de fevereiro de 1989, resultando no já mencionado período hiperinflacionário, continuando até a derrocada final do governo Alfonsín e vitória de Menem.

O governo alfonsinista não tinha uma boa relação com o mercado financeiro e empresários, entretanto, no final do período de seu governo, foi conseguida uma trégua entre ambos, quando uma parcela dos empresários viu como única saída para impedir que o peronismo retornasse ao poder. Por mais que fizesse parte da linha peronista da política argentina, o presidente acabou adotando uma política neoliberal ao assumir a presidência uma vez que ele se deparou com a crise hiperinflacionária de 1989, mas sem, aparentemente, tê-la planejado por um longo período. Isso porque, mesmo antes da crise da inflação, a equipe de governo de Menem havia sido convencida de que não conseguiria sair da crise sem o apoio dos atores econômicos predominantes, e sem conseguir aliar as demandas dos organismos internacionais de crédito e dos bancos internacionais. Foi com a hiperinflação, então, que Menem se convenceu do poder que a reação do mundo dos negócios poderia ter no setor público já debilitado, visto que muito inclusive acreditavam que ela apenas atingiu índices tão altos em função da iminência de um governo peronista (PALERMO; NOVARO, 1996).

Sendo assim, o governo de Menem teve início com o objetivo de estabilizar a economia, conter a inflação e equilibrar as contas públicas, o que resultou em uma ampla instituição de políticas econômicas baseadas no Consenso de Washington e reformas neoliberais que Menem tinha pressa em realizar, em um esforço que ele chamou de “grande cirurgia sem anestesia”, tendo como principais eixos privatizações, abertura comercial e liberalização financeira (RAPOPORT, 2000). Nesse contexto, o governo implementa o Plano de Convertibilidade, para estabilizar a economia e combater a inflação, e o Plano Cavallo, que consistia em uma série de outras reformas sob quatro principais eixos: reforma do Estado, reforma laboral, reconversão industrial e reforma financeira. Esse conjunto de medidas resultou em uma nova configuração da economia argentina, em que o setor privado se tornou o principal determinante para o desenvolvimento da economia do país (ROMERO, 2013; VALLE-FLOR, 2005).

3.1 PERONISMO NEOLIBERAL?

Menem foi eleito por meio de um discurso populista, prometendo o “*salariato*” e a “revolução produtiva”, pleitos clássicos do peronismo. O *salariato* serviria para a recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores, enquanto a revolução produtiva prometia o desenvolvimento da estrutura produtiva e, por consequência, da economia do país (FERRER, 2006). Com seu governo ele tinha como objetivo instaurar reformas neoliberais congregadas a uma estabilidade do sistema político e uma baixa resistência popular, o que acabou tendo altos custos sociais. Mesmo assim, ele conseguiu realizar isso muitas vezes com apoio das próprias pessoas prejudicadas pelas suas políticas, dada a sua capacidade de juntar interesses sociais aparentemente antagônicos, por um lado conseguindo atrair a parcela do empresariado com as reformas neoliberais, e por outro conseguindo atrair os setores populares, tradicionalmente a base peronista, que seguiram por bastante tempo o seu discurso (CANELO, 2011).

O PJ, fundado por Juan Domingo Perón, é considerado um partido de certa forma atípico e de difícil classificação em função de sua própria natureza de constante mudança. Mesmo assim, pode-se dizer que algumas características básicas do peronismo que ele tradicionalmente é o partido dos trabalhadores e da população rural, com um estreito relacionamento com sindicatos, políticas distributivistas, protecionistas e estatistas, além de uma política exterior baseada no não alinhamento. Além disso, claro, ganhou todas as eleições presidenciais que concorreu, exceto a de 1983 quando Alfonsín, da União Cívica Radical (GERVASONI, 1998).

Ao chegar ao poder com Menem, porém, o partido acabou sofrendo uma grave mudança de comportamento: adotou políticas liberais, como ortodoxia fiscal e monetária, privatizações, desregulamentações e atração de capital estrangeiro, preteriu sua aliança com os sindicatos se aproximando do empresariado, do capital estrangeiro e de partidos de centro-direita. Na política externa, não apenas mudou a tradição do partido, mas da própria Argentina: abandonou a política de não-alinhamento e autonomista, tentando restabelecer laços com os britânicos, se alinhando quase que automaticamente aos Estados Unidos, e condenando o regime cubano (GERVASONI, 1998).

O aparente paradoxo entre o peronismo tradicional e o peronismo de Menem, que adotou o pensamento neoliberal, tem diversas justificativas no meio acadêmico. A mais difundida, e que adota o senso comum do discurso economicista vigente nos anos 90, é de que Menem obteve

sucesso ao longo do seu governo, e houve o “consenso em relação às reformas”, por causa do Plano de Convertibilidade que seria adotado em 1991, em função do equilíbrio macroeconômico, do aumento do consumo e da estabilidade do poder aquisitivo, dentre outros benefícios materiais. Dessa forma, o apoio a Menem teria se mantido principalmente em função do enriquecimento de uma pequena parcela da população, mas com grande influência no sistema político da Argentina como um todo, e pela melhoria no padrão de vida de grande parte da população. Para o segundo momento do governo de Menem, em 1995, teria sido o medo de perder esses benefícios materiais que o teriam sustentado. Entretanto, essa explicação não conseguiu explicar o porquê das camadas mais populares, que viram a pobreza aumentando, a precarização do mercado de trabalho e o aumento de uma estrutura distributiva desigual, ter aderido ao pleito menemista (CANELO, 2011; BORÓN, 1995).

A fim de tentar entender o porquê das camadas populares terem aderido a Menem, a discussão acabou se voltando para a tradição peronista e populista. Sendo assim, alguns autores focaram nas diferenças entre o peronismo tradicional para explicar esse fenômeno, enquanto outros focaram nas semelhanças. Uma terceira via, por fim, tratou de analisar levando em conta tanto as continuidades quanto as rupturas entre ambos, alegando que o peronismo era um movimento já arraigado na população, enquanto o menemismo seria um fenômeno conjuntural de emergência frente a crise que eles se deparavam, alegando que assim que esse momento passasse, o peronismo histórico tradicional se mostraria novamente (CANELO, 2011).

Para Palermo e Novaro (1996), a linha de pensamento que mais parece ter sentido é a terceira, considerando o menemismo como um fenômeno conjuntural. Isso porque, para eles, as mudanças de comportamento e estratégia de Menem durante seu primeiro mandato até as eleições de 1994, quando conseguiu a reeleição demonstram a natureza volátil do governo, com o objetivo de se manter no poder e conseguir, apesar de tudo, manter a estabilidade política e econômica da Argentina. Ou seja, ao considerarmos apenas como uma “estratégia transformadora”, é possível enxergar que o governo menemista vai mudando de acordo com as situações que lhe são apresentadas, se mantendo sobre alguns elementos de continuidade e ruptura com o peronismo histórico.

3.2 A POLÍTICA EXTERNA DO MENEMISTA: EPISTEMOLOGIA E APROXIMAÇÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Como já pudemos ver nas seções anteriores, a política que Menem adotou em seu governo não veio puramente através das ideias e vontades de atores nacionais, mas principalmente em função de um movimento e uma pressão internacional das hegemonias mundiais, principalmente Estados Unidos, que tem grande influência sobre o FMI, BM e que é o berço do Consenso de Washington (HARVEY, 2007). Assim, é correto afirmar que é indispensável análise da política externa menemista para entender como se deu não só o apoio internacional às políticas neoliberais instauradas no país, mas às próprias ameaças de pressões internacionais sobre a economia para colocá-las em prática.

O que predominou na década, portanto, foi o consenso neoliberal no sistema internacional, consequência direta do término da Guerra Fria e “vitória” do centro capitalista (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão) sobre o socialismo. Sendo assim, prevaleceu no ideário do sistema internacional a ideia de que a única maneira de superar os supostos estragos do desenvolvimentismo e das ideias terceiro-mundistas na América Latina seria por meio da adoção do neoliberalismo.

Segundo Amado Cervo (2000), existia no início da década de 90 três grupos de analistas de relações internacionais na Argentina:

a) os revisionistas de direita, conduzidos por Carlos Escudé, Andrés Cisneros e Felipe de la Balze; b) uma corrente revisionista de centro juntou-se a eles, sem contudo sacrificar a autonomia mental à ideologia neoliberal; citamos entre os centristas os nomes de Roberto Bouzas, Mónica Hirst, Juan Archibaldo Lanús, Rubén M. Perina e Roberto Russell; c) menos expressiva em volume de textos publicados, mas não em profundidade de análise, uma corrente de interpretação crítica sobreviveu à comoção intelectual do fundamentalismo liberal e expressou-se nos anos noventa com os nomes de Raúl Bernal-Meza, Aldo Ferrer, Alfredo Bruno Bologna, José Paradiso, Silvia Ruth Jalabe, Víktor Sukup e Mario Rapoport, entre outro.

Seguindo a tendência do consenso, a corrente de análise de relações internacionais que influenciou o governo Menem durante seus dois mandatos foi a primeira opção, dos revisionistas de direita, principalmente na figura de Carlos Escudé com o que ele chamou de “Realismo Periférico”. Esse “novo realismo” cunhado por Escudé fez com que a política externa argentina

mudasse completamente no que concerne o paradigma anterior de autodeterminação e não intervenção (CERVO, 2000).

De acordo com Escudé (1995), o sistema internacional não é totalmente anárquico como estadistas e teóricos clamam. Existiria, na verdade, uma hierarquia entre as grandes potências e o restante do mundo, enquanto que a anarquia existiria apenas entre essas grandes potências. Ele nomeia os membros desses dois grupos como grandes potências e o que ele chama de “Estados débeis”, sendo esse último grupo sub-classificado entre dois outros: aqueles que não adotam políticas que seriam custosas a sua população e que não prejudicam suas chances de desenvolvimento; e aqueles que tentam entrar em um jogo de poder com as grandes potências, correndo altos riscos, e não levando em consideração os custos para sua população e o desenvolvimento de seu país (ESCUDE, 1995).

Nessa classificação de grupos de países, Escudé (1995) define que as grandes potências seriam os Estados que ditam as regras do plano internacional no que tange à paz e segurança; o primeiro grupo de Estados débeis seriam os que obedecem a essas regras; e o segundo grupo de Estados débeis seriam os “rebeldes”. Esse segundo grupo seriam rebeldes por não obedecerem a essas regras assumindo grandes riscos e custos, que acabam prejudicando o bem-estar da sua população e possibilidades de desenvolvimento por não levarem em consideração os princípios mercantilistas que estabelecem que riqueza é igual a poder, e vice-versa (ESCUDE, 1995).

Dessa maneira, segundo ele, países periféricos e pobres devem analisar os custos e riscos de suas ações levando em conta o bem-estar de sua população, abandonando qualquer tipo de confronto com potências que eles sejam estrategicamente irrelevantes, focando apenas em lutar por benefícios materiais e se alinhar com a potência hegemônica da área a fim de obter benefícios econômicos. Isso porque esse país vulnerável deve ter uma responsabilidade maior para com o desenvolvimento econômico do seu país, e por isso precisa seguir o já citado princípio mercantilista, ou seja, caso almeje ter poder no plano internacional, deve primeiro buscar pela riqueza. Seguindo essa linha, o autor não considera boas as abordagens nacionalistas, e defende um alinhamento com os Estados Unidos (CERVO, 2000; SANTORO, 2015).

Escudé não só influenciou indiretamente a política de Menem, mas participou do governo como assessor do ministro de Relações Exteriores do governo, Guido di Tella, por mais que seus escritores não abordassem uma parte mais econômica. Dessa forma, ele participou das reformas liberais que foram instituídas no governo, e teve parte na tentativa de aproximação da Argentina

com os Estados Unidos, no que o ministro chamava de “relações carnis” com o país estadunidense, seguindo assim a noção de realismo periférico que defendia e que foi adotada pelo governo (SANTORO, 2015).

Outro autor que escreveu sobre e defendia o realismo periférico foi o economista Felipe de la Balze, que abordava, além do aspecto político, a realização de reformas econômicas. Assim como Escudé, de la Balze defendia também uma forte aproximação com os Estados Unidos, considerando esse país uma potência-chave para a política argentina, mas além disso, defendia uma integração com o Brasil, como forma de contrabalanceamento. Segundo o economista, essa aproximação com o Brasil por meio de uma integração econômica, abriria espaço também para que a Argentina pudesse realizar acordos comerciais com o restante da América Latina (DE LA BALZE, 1995)

Existiram à época, claro, diversos críticos a teoria do realismo periférico, que a consideravam fruto de um reducionismo enganoso, que desconsiderava toda a trajetória da Argentina por uma emancipação econômica e tecnológica, além de ignorar a trajetória diplomática brasileira, que desde os anos 60 vinha sendo de um afastamento dos Estados Unidos, alegando inclusive que a Argentina seria um parceiro econômico necessário para o Brasil, mas “politicamente inconveniente” (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003). Ainda, houve a crítica por parte dos neoestruturalistas, vindos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), os quais afirmavam que os autores do realismo periférico desconsideravam a luta argentina para sair da dependência britânica, e conseguir se desenvolver industrialmente. Os neoestruturalistas preconizavam as relações com outros países latinos e com o Brasil como principal eixo da diplomacia (RAPOPORT, 2009).

Segundo Bernal-Meza (2002), a nova política externa argentina instaurada entre 1989 e 1999, também chamada de “política exterior de reincorporação ao Primeiro Mundo pelos dois Ministros de relações exteriores de Menem, Domingo Felipe Cavallo e Guido Di Tella” (CERVO, 2000) tinha como agenda os seguintes pontos: **(1)** a projeção externa da reformulação das estratégias para o desenvolvimento; **(2)** “reinserção” no Primeiro Mundo; **(3)** adoção da “agenda das potências industrializadas do ocidente”; e **(4)** criação de uma zona de paz no Cone Sul da América para a Argentina. Já como objetivos se destacavam: **(a)** o estabelecimento de relação especial com os Estados Unidos, deixando de lado o passado histórico argentino de confronto e isolamento; **(b)** afirmação dos direitos humanos, da democracia e da liberdade;

(c) ingressar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e na OCDE; (d) aprofundar a integração com Brasil e Chile; e (e) participar mais ativamente da ONU.

Enfim, o ponto principal da nova política externa do país foi de fato aproximação com os Estados Unidos, e foi sob a justificativa econômica que a Argentina tomou ações para se aproximar do país. O governo Bush havia tomado a decisão política de apoiar a Argentina no FMI, e quando Menem fez uma visita aos EUA e conversou com o secretário do Tesouro Americano Nicholas Brady, utilizou todo o seu arcabouço de reformas econômicas neoliberais, que serão detalhadas no próximo tópico, como justificativa para que Brady desse seu aval e por fim apoiasse o país platino para resolver as pendências que tinha com o FMI (CORIGLIANO, 2003).

Com isso, Menem conseguiu fazer a renegociação da dívida externa da Argentina, mesmo que o apoio dado pelos EUA passasse por cima de técnicos do FMI. A renegociação da dívida foi realizada por meio da diminuição e “securitização” dos débitos, que foram lançados ao mercado financeiro convertidos em títulos. Dessa maneira, durante a década de 1990 a Argentina se tornou um modelo entre os países emergentes para a comunidade das finanças internacionais, entretanto uma vez que o FMI passou por cima de seus próprios técnicos, tais fatores seriam bastante decisivos para a crise de 2001 (BLUSTEIN, 2005).

Essa aproximação com os Estados Unidos contribuiu muito para a atração de investimentos na Argentina, fruto de um significativo aumento da confiança por parte dos investidores, reverberando nos círculos financeiros internacionais. O país concentrou 40% dos títulos entre os mercados emergentes, principalmente em função do investimento de Espanha, Itália, França e Chile, uma vez que as empresas com interesse global tinham conhecimento de que para se estabelecer bem era necessário ter um forte mercado na América Latina, principalmente nos três maiores mercados, México, Argentina e Brasil (BLUSTEIN, 2005).

Ao longo do governo Menem, a relação com os EUA conseguiu com que a Argentina assinasse uma série de acordos econômicos com Washington, visando a diminuição das barreiras burocráticas para o comércio entre os dois países e também visando o aumento da proteção aos investimentos americanos. Nisso, as exportações do país platino para os EUA chegou a crescer em 200% durante o primeiro mandato de Menem, sem, porém, ultrapassar a parcela de 10% do total das exportações argentinas, com o Brasil continuando como principal destino das mercadorias. Isso porque, mesmo com todos esses acordos, os Estados Unidos ainda aplicavam

diversas medidas protecionistas contra a Argentina. Por medidas sanitárias a carne era proibida desde 1926, o governo fornecia forte subsídio ao trigo norte-americano, prejudicando os agricultores argentinos, e a lã, couro e aço também eram sobretaxados. Todos esses produtos, junto com minérios e petróleo representavam 2/3 das exportações platinas, e por isso o mercado argentino não tinha grandes expectativas com os acordos de Washington (SANTORO, 2015).

Como exemplo de atitudes que confirmavam o “alinhamento automático” da Argentina aos Estados Unidos, Rapoport (2009) afirmou que:

[...] a política exterior de Menem, inspirada na teoria do “realismo periférico”, girou em torno do alinhamento “automático” com Washington. Esse alinhamento se materializou no despacho de navios à Guerra do Golfo, desmantelamento do míssil Condor II e dos projetos de indústria aeroespacial e de defesa, retirada da Argentina do grupo de países não-alinhados, voto contra Cuba na Comissão de Direitos Humanos da ONU e inclusão da Argentina como aliado “extra OTAN”. Tudo isso transformou o governo argentino em um exemplo a imitar por outros países em desenvolvimento na “era” pós-Guerra Fria. Para os Estados Unidos, além disso, era importante por tratar-se de uma nação que havia obstaculizado sistematicamente sua política na América Latina desde fins do século XIX.

Foi na década de 90 que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado, sendo assinado no mesmo ano em que o Plano de Convertibilidade entrou em vigor. Embora fosse um novo projeto de integração, o bloco seguia a lógica da principal agenda da política externa do governo, sendo guiado como uma medida complementar para a aproximação com os EUA. Dada as assimetrias existentes entre o país norte-americano e a Argentina e a consequente dificuldade em realizar acordos bilaterais, o país utilizou o Mercosul para tentar aumentar suas chances fazer um acordo de livre comércio. Dessa maneira, conseguiu-se assinar o “Acordo 4+1” em Washington, em que os países do bloco se comprometiam a adotar posições unificadas ao tratar de liberalização econômica. Na prática, porém, isso significava menores avanços em relação à liberalização, uma vez que o Brasil tinha como prioridade a proteção de sua malha industrial (SANTORO, 2015).

3.3 AS REFORMAS MENEMISTAS

Menem assumiu a presidência e logo no primeiro mês de sua gestão passou duas leis que dariam início às reformas neoliberais em seu governo. A primeira lei foi a Lei de Reforma do

Estado⁵, relativa a parte administrativa do governo, a qual colocava em “‘estado de emergência’ autarquias, empresas estatais, sociedades anônimas com participação estatal, entidades financeiras e bancos públicos, e demais instituições com participação majoritária de capital estatal” (BRANDÃO, 2017). Essa lei permitia que o Estado interferisse em qualquer instituição pública dentro dos parâmetros citados, e por meio dela foi possível que a gestão de Menem fizesse concessões e privatizasse empresas estatais por meio de decretos presidenciais. A segunda lei foi a Lei de Emergência Econômica⁶, que decretou a “suspensão de subsídios, subvenções e dos regimes de promoção industrial, mineira, além de mudanças tarifárias e na organização do Banco Central”. Foi por meio dessa lei também que foi garantida a igualdade de tratamento entre capital estrangeiro e nacional, abrindo, assim, possibilidade desse capital participar nos processos de privatizações das empresas platinas (BRANDÃO, 2017).

No que tange às medidas econômicas propriamente ditas, Menem iniciou seu governo com o Ministro da Economia Miguel Ángel Roig e, depois do seu falecimento, com Néstor Rapanelli, mas por um curto período de tempo. Com essas escolhas, o presidente já iniciou demonstrando na prática como seria sua relação com o empresariado uma vez que ambos faziam parte do alto escalão da *Bunge y Born*, uma corporação de alimentos com grande influência na Argentina. A fim de conter a hiperinflação e estabilizar a economia, Roig implementou o Plano Bunge y Born, conhecido também apenas como Plano BB, mas que depois de apenas 6 meses começou a se demonstrar ineficaz com a volta da desvalorização do austral frente ao dólar, piorando a recessão econômica. Isso porque o Plano BB trazia as mesmas medidas que já haviam sido tentadas no governo anterior, como suspensão dos subsídios e incentivos fiscais por seis meses, desvalorização monetária, controle dos preços e dos gastos públicos, além do arrocho dos salários dos trabalhadores (BRANDÃO, 2017).

Em dezembro de 1989, após o fracasso do Plano BB, foi adotado o Plano Bonex, elaborado pelo novo Ministro da Economia Ermán Gonzalez. O plano consistia em uma reestruturação compulsória da dívida pública, trocando os depósitos a prazo por títulos dolarizados com prazo de dez anos, elevação das taxas de juros acima dos níveis da inflação e uma valorização cambial de 41% de 1989 para 1990. Inicialmente o plano pareceu ser bem

⁵ Lei nº 23.696, promulgada em 18 de agosto de 1989.

⁶ Lei nº 23.697, promulgada em 15 de setembro de 1989.

sucedido, uma vez que os preços das mercadorias ficaram mais acessíveis para a população em geral. Entretanto, a partir do momento em que se retomou o pagamento da dívida com o FMI, a hiperinflação retornou com grande força, comprometendo o crescimento do PIB, além de a renda per capita ter sofrido uma grande retração em 1990 (VIANINI, 2012).

3.3.1 Plano de Convertibilidade e o apoio do FMI

Com o desgaste político em função da recessão e do aumento da dívida externa, em abril de 1991 Gonzalez é substituído por Domingo Cavallo. O novo Ministro da Economia, então, propõe a Lei da Conversibilidade, a qual ele consegue aprovação sem problemas. A Lei primeiramente definia um regime de câmbio fixo em 10.000 austrais = 1 dólar e a livre conversão da moeda nacional com o dólar. Além disso, a lei autorizava também a substituição de 10.000 austrais por uma unidade de uma nova moeda nacional, sendo o peso instaurado, então, em janeiro de 1992. Ainda, a lei proibia que o Estado emitisse mais moedas, a fim de manter a paridade do dólar (ARGENTINA, 1991).

Dessa maneira, estava instaurado o Plano de Convertibilidade, em que a Argentina adotou um regime de *currency board* que fixou o câmbio em uma livre conversão do peso para o dólar, em uma paridade de 1 para 1, ou seja, 1 peso - 1 dólar. Além da paridade com o dólar, também foram reduzidas as tarifas protecionistas, finalizando, assim, o processo de abertura comercial. Com o peso valorizado, porém, as exportações da Argentina diminuíram, ao mesmo passo em que as importações aumentaram em um nível crescente, resultando em um forte desequilíbrio na Balança de Pagamento (BP), com um grande déficit. A fim de equilibrar o déficit na BP, o país passou a contar com uma substancial entrada de capital estrangeiro. Além do déficit da BP, a dívida externa da Argentina não parava de crescer (SILVA, 2009).

O Plano de Convertibilidade, além de definir a paridade do peso com o dólar também definia uma série de outras medidas orientadas para o mercado: desregulamentação de vários setores de serviços, liberalização do comércio, diminuição de tarifas protecionistas, como já dito no parágrafo anterior, além de privatizações nas telecomunicações, petróleo e energia, a fim de angariar o máximo de capital possível para o Estado. Com isso, embora com receio em função da possível vulnerabilidade de regimes de *currency board*, o FMI apoia a Argentina e auxilia na

implementação da conversibilidade, por meio do primeiro Acordo Stand-By com a Argentina na década de 1990⁷ (INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF, 2004).

Assim que colocado em prática, o regime de conversibilidade de fato obteve sucesso na estabilização da moeda, dando fim à hiperinflação que atingiu o país em 1989 e 1990 e resultando também em uma considerável expansão da economia até meados de 1994. Durante o período, a arrecadação de impostos por parte do Estado aumentou significativamente, além de ter recebido uma grande quantidade de empréstimos e investimentos estrangeiros, conseguindo equilibrar o déficit da BP (VIANINI, 2012). Essa melhora na economia pode ser vista por meio dos resultados do PIB e do PIB per capita durante o período, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 - Índices econômicos na Argentina entre 1989 e 1994

| Ano | 1989 | 1990 | 1991 | 1992 | 1993 | 1994 |
|------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Inflação medida pelo PIB (%) | 3046 | 2078 | 140 | 16 | -3 | 3 |
| Crescimento do PIB (%) | -7 | -2 | 9 | 8 | 8 | 6 |
| PIB per capita (US\$) | 2383 | 4333 | 5735 | 6823 | 6969 | 7483 |

Elaborada pela autora com base em World Bank (2019).

Em 1994, porém, ocorreu a crise do México, conhecida também como “efeito tequila”. O FMI já havia demonstrado certa preocupação em relação ao regime de *currency board* na Argentina, uma vez que ele dependia muito de fluxos de capital estrangeiro, em sua maioria especulativo, ficando, assim, bastante vulnerável a choques externos. Com a crise mexicana que levou à desvalorização da moeda mexicana em 1994 por causa dos ataques especulativos e da fuga de capitais e também a uma moratória da dívida, acreditava-se que ocorreria o mesmo com a economia da Argentina, por ser emergente tal qual o México. Entretanto, a Argentina conseguiu superar esse momento, mesmo que com uma retração no ano de 1994. Dessa maneira, o FMI manteve seu apoio para a manutenção do regime de conversibilidade, “por meio de um acordo

⁷ Houve ainda um segundo Acordo *Stand-by* aprovado durante o governo Menem em 1996 (IMF, 2004).

que revisava as metas fiscais, permitindo uma relação maior entre gastos públicos e o PIB” (MUSSA, 2002).

O país conseguiu superar a recessão de 1994 por um tempo, entretanto a desconfiança por parte de investidores em relação aos regimes neoliberais na América Latina continuou, levando o governo a realizar mais um pacote de medidas, privatizando dessa vez centrais nucleares e os Correios, cortando repasse da federação para províncias, diminuindo salários do funcionalismo público, aumentando impostos e realizando mais corte no orçamento (VIANINI, 2012). A partir de 1996, o PIB da Argentina começou a apresentar uma forte oscilação, e dessa vez o baixo índice de inflação não era referente à estabilização da economia, mas sim da deflação causada pela perda de poder aquisitivo da população economicamente ativa. Acrescido a isso, a problemática da entrada de um número muito grande de importações no país se agravou: aumentou ainda mais a inserção de produtos com tecnologia avançada - computadores, celulares e calçados - fazendo com que as exportações do país perdessem força. Com isso, a Argentina começou a retornar para uma recessão, que culminou em uma onda de protestos e na exoneração de Domingo Cavallo no final do ano (FERRER, 2006).

Depois disso, o quadro da crise apenas piorou: países asiáticos que haviam adotado os regimes neoliberais também precisaram desvalorizar sua moeda em 1997 e em 1998 a Rússia declarou moratória de sua dívida externa. Assim, novamente ocorreu uma fuga de capital estrangeiro na Argentina, mas ainda maior que a ocorrida em 1994, visto que a confiança no plano econômico já se encontrava frágil. Em 1999 o Brasil também precisou desvalorizar sua moeda, piorando ainda mais o quadro argentino. Além disso, o país terminou o ano com uma dívida externa de US\$ 150 bilhões (BRANDÃO, 2017). Terminando o governo com uma grave recessão, Menem deixou como herança uma situação econômica muito frágil, mas junto com isso uma crise social altíssima, que será melhor explorada no próximo capítulo.

4 AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DAS POLÍTICAS DOS GOVERNOS MENEM

Como visto no capítulo anterior, os governos de Menem foram caracterizados pela adoção de políticas econômicas e reformas que seguiam a lógica do consenso neoliberal existente desde o final da Guerra Fria. Entre o Plano de Convertibilidade e as privatizações, o equilíbrio da Balança Comercial por si só foi colocado como o único meio de fazer a Argentina sair da crise.

Neste capítulo será visto que, apesar de ter conseguido melhorar a economia do país por alguns anos da década de '90, todo o peso das políticas neoliberais aplicadas foram colocadas em cima da maior parte da sociedade trabalhadora, resultando em perda de direitos trabalhistas, piora no mercado de trabalho e aumento do desemprego.

4.1 TEORIA NEOLIBERAL, POBREZA E DESIGUALDADE

A relação da teoria neoliberal com a pobreza e a desigualdade se dá de maneira um pouco diferente dependendo do teórico em questão. Hayek, um grande defensor do livre mercado, prevê uma espécie de assistencialismo por parte do governo em casos específicos, em que a pessoa é vulnerável a fatores além do seu poder de escolha, como desastres naturais, doença e acidentes. Prevê também para quando, mesmo não merecendo, uma pessoa tem sua renda diminuída por algum motivo, sendo merecedora ele diz ser uma remuneração justa para os méritos subjetivos, não objetivos (HAYEK, 1995).

Ressalta, porém, que esse mínimo de seguridade social que o Estado pode prover é um perigo para a liberdade, uma vez que ele via a interferência do Estado na economia e na sociedade como uma ameaça à liberdade. Ao visitar seus escritos vemos que o autor coloca a questão da equidade e da pobreza em segundo plano, sendo a livre competição e a propriedade privada mais importantes. Uma vez da crise dos anos '70, Hayek afirma que o Estado precisa ter duas funções, que em certa medida são opostas, mas que são o fundamento do neoliberalismo: por um lado, o Estado precisa ser forte o suficiente para enfraquecer o poder dos sindicatos, e por outro limitado no que se refere à despesas sociais e à economia (HAYEK, 1995).

Milton Friedman, outro grande defensor do livre mercado, e importante figura da Escola de Chicago, no que tange a pobreza, considerava a desigualdade um fator inerente ao sistema de competição e livre mercado. Segundo ele, o livre mercado garante que um indivíduo tenha a liberdade para aproveitar da melhor maneira os recursos que lhe estão disponíveis, mas não garante que tenha os mesmo recursos que os outros. Dessa maneira, afirma que a única maneira de acabar totalmente com a desigualdade é por meio do que ele chama de “caridade individual”, ou seja, algum tipo de assistencialismo por parte do governo, mas que para ele era o mesmo que “interferir na liberdade dos mais sortudos” (FRIEDMAN, 1966).

Friedman (1966) afirma que o livre mercado é o regime que historicamente produz menos desigualdade, distribui melhor as riquezas e tem menos pobreza do que qualquer outro tipo de organização econômica. Em um contexto neoliberal, diz que o Estado deveria estabelecer uma renda mínima, mas nada além disso, uma vez que isso prejudicaria as chances da própria pessoa melhorar de vida por si só.

Portanto, de maneira geral, o pensamento neoliberal coloca em segundo plano questões sociais, como pobreza e desigualdade, pertencendo ao primeiro plano liberdade individual e a propriedade privada. Tanto Friedman quanto Hayek admite que o próprio sistema que defendem é fonte das desigualdades, mas argumentam que é de responsabilidade de cada indivíduo se manter e cuidar de si mesmo. Dessa forma, eles defendem um Estado mínimo, principalmente em relação às questões sociais (CALVENTO, 2006).

É importante ressaltar que no tocante ao Consenso de Washington, a tradução na prática da teoria neoliberal, nenhum de seus dez pressupostos cita qualquer tipo de medida em relação à pobreza ou desigualdade. Além disso para Stewart (1998), a “reforma tributária, privatizações, abolição de subsídios e redução do gasto público para eliminar o déficit do orçamento tenderia indiretamente a um aumento da desigualdade” (STEWART, 1998).

De acordo com Mariana Calvento (2006), o desenvolvimentismo latino-americano, que entrou em crise nos anos 80, tinha as políticas sociais como questões de investimento em infraestrutura social, como educação e saúde, ao passo que os neoliberais colocam essas questões apenas como despesas. Para eles, políticas sociais se limitam a uma caridade, traduzida em um pequeno assistencialismo do Estado, e mesmo assim deveria ser transitória e marginal, uma vez que desencoraja o indivíduo a buscar os seus próprios meios de subsistência.

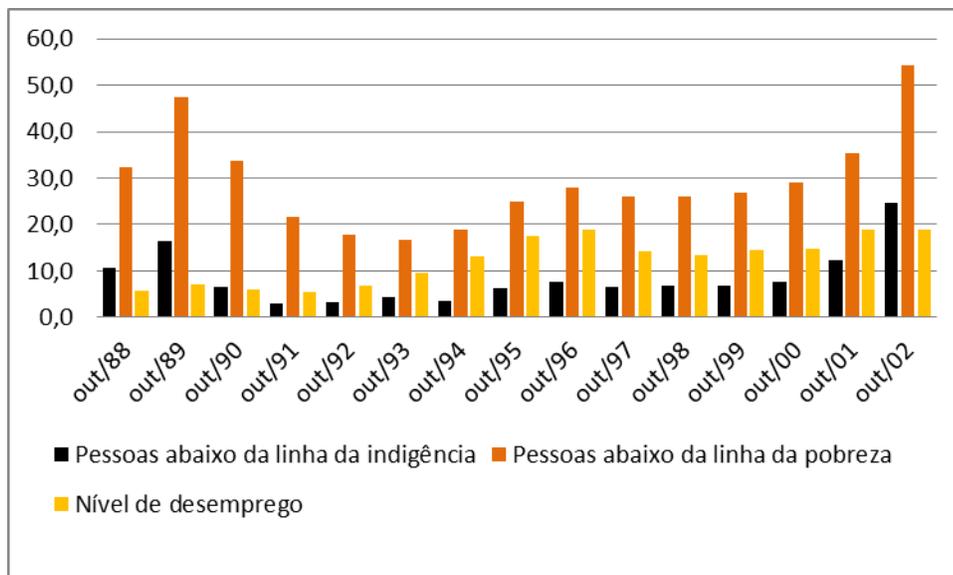
4.2 MERCADO DE TRABALHO

Em relação ao mercado de trabalho, o argumento neoliberal baseia-se na hipótese de que para aumentar a produtividade e competitividade dos produtos para exportar e, por conseguinte, melhorar a economia, era necessária a flexibilização dos custos de trabalho bem como a redução das despesas patronais. O Plano de Convertibilidade só foi possível graças às reformas das leis trabalhistas e previdenciárias, conseqüente precarização do trabalho e diminuição dos salários, e também do aumento do desemprego, que possibilitou a criação de um contingente reserva de

trabalhadores, que serviram como uma espécie de âncora para manter os salários baixos. Dessa maneira, já na metade da década esse modelo começa a apresentar sinais de esgotamento, uma vez que provocou uma mudança na sociedade e criação de uma nova questão social, o desemprego endêmico ao próprio modelo (PUCCIARELLI, 1998).

Devido a mudança na estrutura mercado laboral, o desemprego passa a ser uma problemática social para a população e um problema estrutural da sociedade a partir dos desequilíbrios gerados: precarização do emprego, aumento dos subempregos, da alta exploração de um empregado, e o próprio desemprego e seu tempo de duração aumentado. A questão do desemprego, além do próprio problema de sair da economia formal, causa também uma dissociação do trabalhador de afiliações institucionais e políticas, resultando em maiores níveis de exclusão e desintegração social. O trabalho deixa de ser um articulador da sociedade e a identidade dos indivíduos na vida social, além de deixar também de ser o vínculo entre o indivíduo e a esfera institucional, jurídica e política. Todos esses fatores acrescidos à desmontagem das instituições de proteção social resultam na quebra de coesão social que já estava debilitada (FREYRE, 2014).

Gráfico 2 - Evolução dos níveis de indigência, pobreza e emprego na região de Grande Buenos Aires (1988 - 2002)



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em INDEC (2013)⁸.

⁸ Em anexo a este documento se encontra tabela na qual o gráfico foi baseado.

Como consequência de todos esses fatores, passa a ser possível observar que a pobreza deixa de ser apenas fruto de uma crise, mas passa ser um fator estrutural, por ser agora um processo endêmico desse novo modelo. Esse novo paradigma econômico faz com que se tenha um aumento nas atividades econômicas com baixa absorção de mão-de-obra, em que o crescimento econômico já não é diretamente conectado com o desenvolvimento social, culminando num agravamento da crise de desemprego em 1994, quando os indicadores atingem os dois dígitos pela primeira vez, como é possível observar no Gráfico 2 (ESQUIVEL; MAURIZIO, 2005).

Com a formação desse novo tipo de desemprego, surge também um novo tipo de movimento trabalhista para além dos sindicatos. Nesse caso, começam depois de 1994 protestos advindos dos trabalhadores, tanto desempregados quanto afetados pela precariedade de seu trabalho, resultado dessa nova formulação da sociedade, que reivindicam melhores condições de vida. Dentro da pauta pedem o aumento de salário, proteção trabalhista, oferecimento de benefícios para os desempregados e pagamento de salários atrasados. Ao longo da década, as reivindicações foram ficando cada vez mais frequentes e até violentas, com ataques e apreensões à prédios públicos, barricadas em vias nacionais, e acampamentos nas praças centrais. A partir desse momento, o governo passa a realizar políticas sociais para o desemprego, mas não por meio de uma ferramenta eficiente para diminuição do desemprego, mas sim políticas que apaziguassem os movimentos trabalhistas, a fim de que se pudesse continuar com o modelo econômico vigente (AUYERO, 2002).

4.2.1 Privatizações e desindustrialização

Como já citado no capítulo anterior, uma das medidas econômicas instituídas por Menem foi a privatização de empresas públicas, a fim de conseguir capital que ajudariam o estado de crise financeira que o país passava, em um governo com uma dívida externa crescente e uma inflação altíssima. Dessa maneira, Menem arrecadou em privatizações cerca de 31 bilhões de dólares entre 1991 e 1998, sendo que a maioria foi realizada entre 1991 e 1995 (ROCK, 2002).

Embora tenha melhorado as contas fiscais durante aqueles anos, depois de 1994 não havia muito mais o que vender, e o governo perdeu também fontes estáveis de impostos. Além de ter perdido importantes fontes de impostos, nesse período cerca de 110 mil trabalhadores perderam o seu emprego entre 1991 e 1993, apenas como resultado direto dessas privatizações, o que teve um

grande impacto nas províncias. No final da década de '90, províncias como *Salta, Jujuy e Formosa*, as partes mais pobres a Argentina, a renda *per capita* se igualou aos números de Bangladesh e Nepal (ROCK, 2002; DUARTE, 2002).

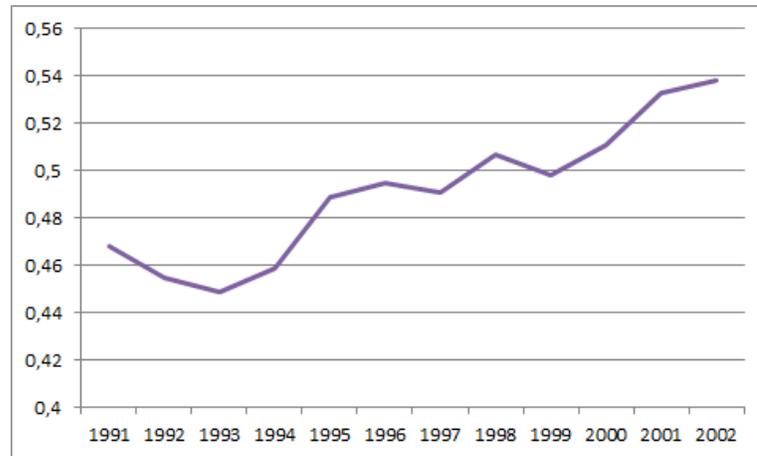
Também no governo Menem ocorreu a segunda onda de desindustrialização⁹, efeito da grande entrada de importações em função da valorização do peso no Plano de Convertibilidade. Entre 1989 e 1997, a indústria teve uma diminuição de participação no PIB de 30,9% para 17%, resultando em uma perda de cerca de 32% dos empregos nessa área, saindo de 1.132.499 em 1991 para 762.992 em 2001. Com a diminuição de empregos na indústria também houve um grande aumento do emprego informal, chegando a representar 38% do total de empregos no ano de 1999, sendo que esse tipo de trabalho tem o salário em média 45% menor que um emprego formal. Uma vez que um número maior de pessoas competia com um número menor de vagas de trabalho, houve a diminuição em um âmbito geral dos salários (RAPOPORT, 2000).

4.3 DESIGUALDADE E POBREZA NOS ANOS 90

Historicamente, a Argentina sempre foi um dos países da América Latina com os menores índices de pobreza, indigência e desemprego. Entretanto, a partir do governo militar esses índices começaram a mudar no que parecia ser em função do esgotamento do modelo econômico até ali utilizado, chegando ao seu ápice com a hiperinflação no final do governo de Alfonsín, com 47,3% da sociedade platina abaixo da linha da pobreza. Uma vez que Menem assume o governo argentino e aplica o Plano de Convertibilidade, esse índice diminuiu drasticamente, mas apenas até meados de 1993, quando atingiu o valor mais baixo da década, de 16%, e já voltando a crescer em 1994, com o primeiro choque internacional. A partir daí o índice de pobreza cresce vertiginosamente, chegando ao maior número na história do país: 54%¹⁰, juntamente com da desigualdade social, como podemos ver no Gráfico 2.(ACUÑA; KESSLER; REPETTO, 2002; INDEC, 2013).

⁹ A primeira onda de desindustrialização da Argentina ocorreu durante o regime militar, entre 1976 e 1983 (RAPOPORT, 2000).

¹⁰ Como podemos ver no gráfico 2, porém, no ano de 1999 o índice de pobreza se encontrava menor que em 1989, mesmo que em um patamar bastante elevado. Atinge os 54% em 2002, quando Menem já não se encontrava no poder, mas o Plano de Convertibilidade implantado por ele continuava sendo aplicado.

Gráfico 3 - Evolução do Coeficiente de Gini (1991- 2002)

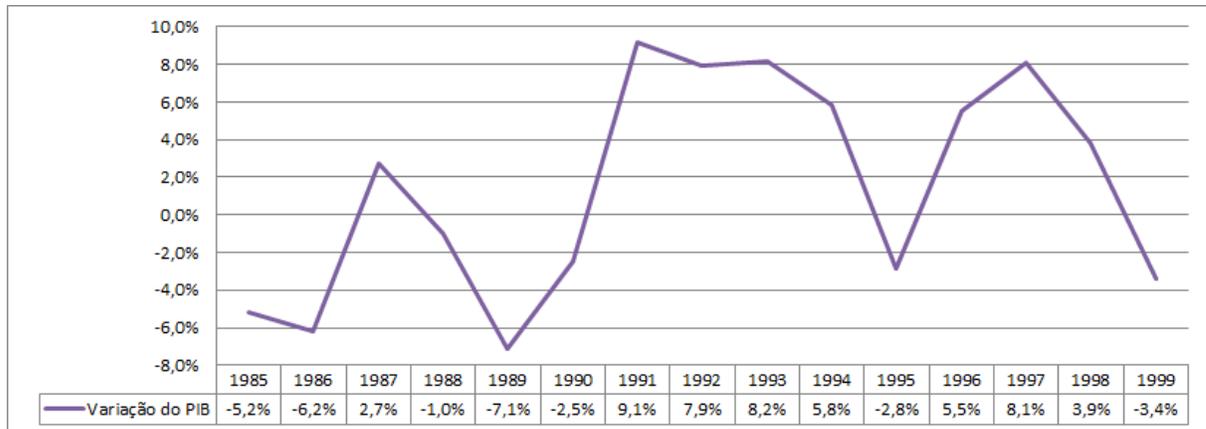
Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em World Bank (2019).

O início do Plano de Convertibilidade na Argentina, em 1991, até meados de 1994, de fato foi bem sucedido, uma vez que houve uma melhora no desenvolvimento econômico como não ocorria desde a metade do governo de Alfonsín. Entretanto, com os choques externos aos quais a convertibilidade era vulnerável, esse crescimento econômico se tornou instável, denunciando a fragilidade do regime, como é possível observar no Gráfico 4, em que os momentos de queda do crescimento do PIB na década de 1990 coincidem com os momentos de crise internacional. Nesse contexto a parcela mais onerada da sociedade foi de um modo geral a parte mais pobre da população platina. Dentre esses choques externos temos a crise mexicana de 1995 - o efeito tequila - que provocou uma enorme fuga de capitais e um alto financiamento da economia, fazendo com que as empresas fizessem ajustes a fim de preservar seu lucro, resultando em um maior número de desempregados (MUSSA, 2002).

Já a crise recessiva de 1998, resultado das crises asiáticas e da posterior desvalorização da moeda brasileira, teve como eixo principal o sufocamento causado pela convertibilidade e também o endividamento produzido a fim de manter a paridade com o dólar. Nesse momento, os setores dominantes da economia tiveram diferentes perspectivas quanto à saída da crise. Para as empresas privatizadas e o setor financeiro a solução seria um ajuste permanente ao longo do tempo, de diminuição do salário nominal bem como diminuição dos gastos do Estado para que pudesse pagar os juros advindos da dívida. Já os setores da indústria e da exportação, a solução seria a desvalorização do peso e saída do regime de convertibilidade, o que ocasionaria uma crise menor, mas uma queda muito mais rápida dos salários e um enorme aumento do desemprego, que

serviria como um meio de manter os salários em um movimento descendente. Independente de qual a “solução” almejada, e por quanto tempo cada crise duraria, ambas as saídas tinham como congruência a precarização do trabalho e diminuição do salário (MORERO, 2010).

Gráfico 4 - Variação do PIB (%) entre 1985 e 1999



Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em World Bank (2019).

O efeito tequila, por sua vez, teve um resultado bastante devastador para a economia argentina: entre 1994 e 1995, o desemprego aumenta em 5%, enquanto o salário real cai cerca de nove pontos percentuais. Uma vez que se conseguiu superar a crise, porém, como visto na seção 3.3.1, a economia voltou a crescer. Entretanto, tal fator não foi refletido consideravelmente em índices sociais, uma vez que o desemprego continuou na casa dos dois dígitos, por volta de 13%, e os salários continuaram extremamente desvalorizados. O setor industrial, por sua vez, cresceu sete ponto percentuais em 1995, e a produtividade por operário cresceu 35%. Contudo, esse aumento na produtividade por operário não foi acompanhada pelo aumento da produtividade por mercadoria, já que desde a crise mexicana o desenvolvimento do trabalho não melhorou, e desde a crise asiática os salários se mantiveram em um patamar bastante baixo. Isso mostra que durante este período houve uma clara tendência à superexploração da mão-de-obra, visto que nem as vagas de emprego nem os salários tiveram um aumento (DELFINI; PICHETTI, 2005).

4.4 POLÍTICAS SOCIAIS NOS ANOS 90

Na América Latina dos anos 90, pelo caráter do novo sistema político, econômico e social implementado em grande parte dos países - o neoliberalismo - houve uma reforma das políticas sociais. Essa reforma teve como principais eixos a individualização e a comunitarização da proteção social, o que em um determinado tipo de combinação pode resultar em um longo processo de dessocialização da reprodução e perda da natureza social e coletiva da vida. Tal fato quando transferido para termos políticos se insere em uma lógica de diminuição dos direitos sociais, uma vez que resulta em uma reformulação da organização da vida social. Dessa forma, acontece a transformação do que é considerado legítimo ou não ao pensar ou conceber essa vida social, do que esperar dela, do que seria possível acessar ou demandar (DANANI, 2008).

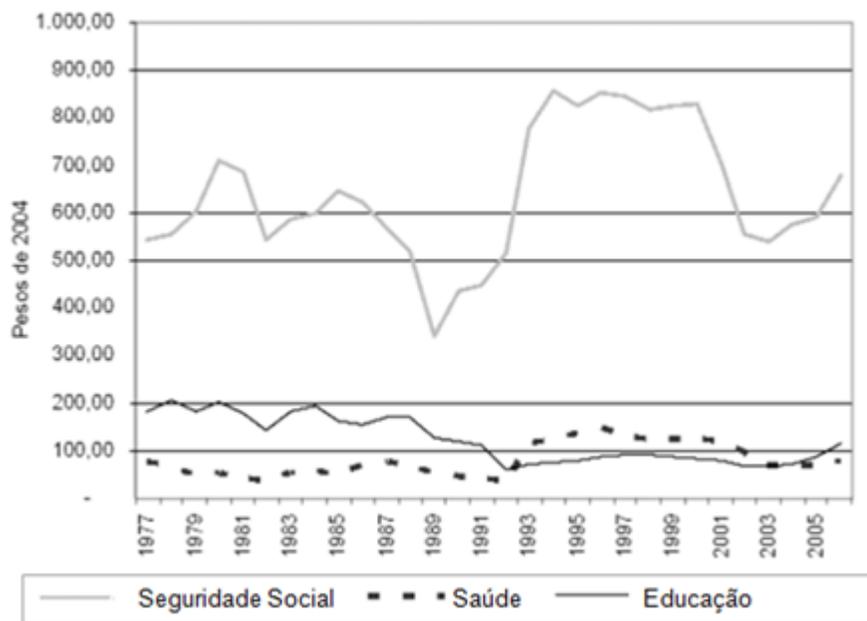
Segundo Danani (2008), o comum entre a comunitarização e a individualização é seu caráter de negação de responsabilidade social pelo bem-estar, fazendo isso em todos os aspectos possíveis, material, institucional e político-cultural, fazendo com que juntas se tornem uma fonte de desigualdade por construírem uma realidade em que a proteção dependa muito mais de características particulares, de grupos ou do indivíduo. Essa maior dependência de características particulares faz com que esses grupos e indivíduos tenham garantias mais baixas, já que essas garantias só podem ser fornecidas pela sociedade e suas instituições públicas, e apenas elas podem ser processadas por eles. Ou seja, aqui vemos a característica do neoliberalismo que retira do Estado a responsabilidade por aplicar as políticas sociais, transferindo para o indivíduo ou comunidade essa responsabilidade social. Essa transferência, porém, pode ocasionar em uma precariedade do fornecimento dessa proteção, já que depende do acaso de esses grupos possuírem as habilidades e disposição dos meios para concretizar suas ações.

Relativamente ao gasto público com políticas sociais na Argentina, em 1980 o gasto social *per capita* por parte do Estado era de 960 pesos, diminuindo para 721 pesos em 1982, mas conseguindo uma recuperação ao longo da década atingindo \$864. Em 1989, com a hiperinflação, o valor caiu para \$528. Começando o governo Menem, conseguiu-se uma melhora com o gasto por pessoa, devido a situação favorável do primeiro governo Menem, chegando a \$1086 por habitante/ano. Entretanto, como já dito anteriormente, a partir do segundo governo há uma piora na situação macroeconômica no país devido à vulnerabilidade da convertibilidade aos choques externos, resultando em uma queda desse valor a partir de 1997, chegando a \$675 em 2003. Isso porque, durante todo esse período quando em momentos de crise, os governos argentinos

recorriam a reajustes orçamentários juntamente com medidas macroeconômicas, resultando em uma diminuição do gasto público, principalmente com políticas sociais (HALPERIN *et al*, 2008).

Em relação à composição do gasto social durante a década, como podemos ver no Gráfico 5, os gastos com Seguridade Social sempre se mantiveram muito acima do restante, enquanto saúde e educação concorreram entre si ao longo dos anos. Entre 1993 até 2002 a educação ficou em último lugar dentre os investimentos, ao passo que a saúde teve um grande aumento de valor entre 1993 e 1996, chegando a ficar em segundo. A partir de 1997, porém, os gastos em saúde diminuíram a um passo maior que a Seguridade Social e educação, chegando a ficar quase no mesmo patamar deste último em 2003 (INDEC, 2013).

Gráfico 5 - Gasto em Seguridade Social, Saúde e Educação per capita (1977 - 2006)



Fonte: Halperin *et al* (2008).

Nos anos noventa foram criados ou expandidos diversos programas de políticas sociais na Argentina, dentre eles programas alimentares, para educação, para emprego e para inclusão social. Uma característica comum a todos esses programas é seu caráter emergencial: todos eles surgiram como uma consequência das crises sociais, independente de em que momento da década de noventa foram implementados, seus objetivos, bem como suas características e metodologias. Outro ponto em comum é que mesmo após os momentos mais críticos, essas políticas foram

mantidas ao longo dos anos, descaracterizando assim o seu viés “emergencial”, provavelmente por esses fatores se agravarem durante as crises, mas fazerem parte da estrutura da sociedade (DUSCHATZKY, 2005).

4.4.1 Programas alimentares

Os programas alimentares tiveram início na entre 1989 e 1990 como resultado da hiperinflação, que levou diversas pessoas para a linha da pobreza. Os jantares comunitários começaram como iniciativa da própria sociedade para alimentar principalmente crianças e idosos, e depois dos momentos iniciais começaram a ser financiados em parte pelos governos provinciais e/ou municipais. Ao longo da década de 90, esses jantares passaram a receber recursos do Estado nacional também. Por mais que, como já foi mostrado, entre o início do Plano de Convertibilidade, em 1991, e a crise mexicana, em 1994/1995, tenha havido um crescimento na economia, esse crescimento não foi necessariamente acompanhado por uma diminuição da pobreza. Dessa maneira, a partir de 1995 o Estado passou a fazer uma reorganização das políticas sociais, começando por um monitoramento desses jantares comunitários, treinamento do pessoal, melhoria nutricional e aumento no oferecimento de cestas básicas para os beneficiários (HALPERIN; VINOCUR, 2004).

4.4.2 Programas de emprego, bolsas de estudo e inclusão social

Tal qual o programa alimentar, os programas de Emergência Laboral, o Plano Traballar, o Seguro Desemprego, o Plano de Bolsas Estudantis e o Programa Famílias pela Inclusão Social surgiram como uma tentativa de atenuar os problemas que diversos grupos sociais passaram com a crise de 2002, resultado do esgotamento da Convertibilidade, e das crises anteriores, em 1994/5 e 1997, mesmo que com um método de realização diferente. Esses programas eram caracterizados pela transferência direta de renda para os beneficiários selecionados de acordo com a condição em que se encontravam (desemprego, abandono escolar, família sem nenhum tipo de renda, etc) (HALPERIN; VINOCUR, 2004).

Em suma, na década de 90 houve um aumento nos gastos sociais primeiramente em função daquelas pessoas que não haviam sido beneficiadas ainda pelo “efeito derrame”, que

os defensores das políticas implementadas afirmavam aconteceria. Esse efeito se baseia no pressuposto de que com a melhoria da economia, por exemplo, por mais que em um primeiro momento a pessoa não fosse beneficiada pelas novas políticas, em um momento futuro seria, em uma comparação possível com o pronunciamento que Delfim Neto¹¹ fez em 1960 de que “Primeiro temos de fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo” (BAGHDASSARIAN, 2019). Entretanto, com o passar da década em vez de os índices de desemprego e pobreza diminuïrem, foram aumentando, demonstrando uma insuficiência nos recursos e políticas aplicadas de realmente atender às demandas dos “novos pobres”. Dessa forma, as políticas sociais dos anos noventa acabaram se concretizando primordialmente como assistencialistas, firmando uma relação clientelista entre a sociedade e o Estado (GRASSI, 1999).

¹¹Delfim Neto é um economista que foi ministro da fazenda do Brasil em 1960 (BAGHDASSARIAN, 2019).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo a realização de um estudo acerca dos governos de Carlos Menem, a fim de analisar as políticas e reformas instituídas em sua gestão, dando ênfase às consequências sociais dessas medidas. Primeiro foi realizado um histórico antes do governo de Menem, no período que compreende o governo de Raúl Alfonsín, a fim de compreender quais acontecimentos levaram o peronista ao poder em 1989. Em um segundo momento, buscou-se explicar a trajetória do governo menemista, suas nuances políticas e as reformas que foram aplicadas. Por último, relacionaram-se as políticas e reformas dos dois mandatos com as transformações sociais ocorridas ao longo do período, e ao final dele.

Dessa forma, no primeiro capítulo foi descrito todo o período de transição democrática do governo de Raúl Alfonsín, que precisava ter como principais eixos de suas políticas dois fatores: (1) uma transição democrática feita da melhor maneira possível, a fim de alicerçar a democracia depois de um segundo período militar na Argentina, e (2) estabilizar a economia, que se encontrava com inflação e dívida externa crescentes. Em relação ao primeiro ponto, o presidente começou tratando da questão dos militares, que cometeram grandes violações aos direitos humanos, o que deixou uma ferida profunda na sociedade argentina. Ele revogou a lei da anistia, possibilitando que os militares envolvidos fossem processados, entretanto, precisou fazer isso com determinados limites, para que as forças armadas não se rebelassem e ameaçassem a ordem democrática. Com isso, uma parcela da população saiu insatisfeita, considerando insuficiente a atuação do presidente e do judiciário na condenação dos militares, e uma parcela das forças armadas saiu descontente com o que eles enxergaram como um excesso de condenações e ataque direto à instituição, sendo fonte de um dos primeiros pontos de fragilidade do governo.

Em relação à economia, o regime militar deixou como herança uma moratória da dívida externa da Argentina e inflação alta. Depois de diversas medidas econômicas que não obtiveram sucesso, o governo se viu obrigado a negociar com o FMI para que o auxiliasse com a renegociação de dívidas e na estabilização econômica. Com isso, o governo assinou um pacote de austeridade junto ao FMI a fim de assegurar um empréstimo para quitar suas dívidas, diminuir a inflação e estabilizar a economia, e implementou o Plano Austral (PA). Por um período o PA foi bem sucedido, porém, as fortes pressões contra ele fizeram com que o governo o abandonasse, resultando em uma escalada da inflação ainda maior, bem como contínuo aumento da dívida

externa. Alfonsín, então, deixou o governo seis meses antes do final do seu mandato, com uma crise hiperinflacionária e uma democracia ainda fragilizada.

No segundo capítulo, temos o governo Menem, que tinha como eixo principal de sua agenda a resolução da grave crise hiperinflacionária e da crescente dívida externa, resultado do processo que vinha se desenrolando desde o regime militar. Menem se elege com o apoio de uma base peronista, mas chega ao poder na mesma época em que o consenso neoliberal estava disseminado internacionalmente, principalmente da América Latina. Assim, embora peronista, Menem implementa a agenda neoliberal na Argentina, com apoio dos EUA, complementado por uma forte guinada na política externa do país de alinhamento quase automático aos estadunidenses, e aos organismos internacionais de crédito .

Já no início do seu governo, portanto, Menem começa a tomar medidas para colocar em prática o seu plano econômico baseado no neoliberalismo, aprovando leis que lhe permitiam privatizar empresas estatais por meio de decretos e que igualavam capital estrangeiro ao capital doméstico, abrindo a possibilidade de que empresas estrangeiras participassem dos processos de privatização. A maior parte das privatizações foi realizada no primeiro mandato de Menem, e tinham como justificativa o angariamento de capital para ajudar no ajuste do equilíbrio fiscal. Em relação à inflação, nos dois primeiros anos são tentados planos de controle da inflação, mas que acabaram falhando. Em 1991 é implementado o Plano de Convertibilidade com apoio do FMI, que parou o dólar com o peso em uma medida de 1 dólar = 1 peso, e deu início a uma série de reformas para reduzir o déficit orçamentário da Argentina. Além desses pontos, as medidas menemistas abarcaram também uma reforma trabalhista.

No primeiro mandato de Menem, foi possível observar uma melhora na economia com o Plano de Convertibilidade, uma significativa diminuição da inflação e crescimento econômico considerável. Contudo, a convertibilidade era extremamente vulnerável a choques externos, uma preocupação do FMI desde o início da sua implementação. Uma vez que para manter a paridade do peso com o dólar era necessário que houvesse uma grande influência de capital estrangeiro dentro do país a fim de manter uma reserva internacional significativa e equilibrar a Balança Comercial, que com a paridade se encontrava deficitária com uma considerável penetração de importados no mercado platino. Essa vulnerabilidade é mostrada pela primeira vez com a Crise do México em 1994, também conhecida como efeito tequila. O México declarou moratória da dívida, resultando em uma perda de confiança por parte do mercado internacional em economias

emergentes, causando uma fuga de capitais na Argentina. O país consegue se recuperar, mas em 1997 ocorre a crise asiática, que levou o Brasil a desvalorizar sua moeda, ocasionando um segundo choque externo na Argentina, que entrou em uma forte recessão. Nesse momento, a inflação baixa já não era mais em função de uma estabilização econômica, mas sim em função do baixo movimento da economia platina.

No terceiro capítulo, então, foram apresentadas as consequências sociais das políticas de Menem, iniciando com uma breve análise da ligação do neoliberalismo com os temas da pobreza e desigualdade. Foi pautado que para os teóricos neoliberais, a desigualdade e a pobreza de fato são inerentes ao sistema econômico que eles defendem, mas que mesmo assim consideram o melhor sistema. Fez-se uma série de demonstrações de dados de pobreza e desemprego, mostrando que por mais que até a crise mexicana a pobreza tivesse diminuído, o índice de desemprego era crescente desde o início da década de noventa. Isso significaria, portanto, que na verdade a diminuição da pobreza na primeira metade da década foi muito mais em função da diminuição da inflação, do que em função de medidas para a eliminação da pobreza, tanto que depois do efeito tequila o índice volta a crescer.

A ordem neoliberal de 1990 resultou em uma drástica mudança no funcionamento do mercado de trabalho. Ocorreu a segunda fase de desindustrialização da Argentina, que diminuiu consideravelmente o número de vagas de emprego na indústria, e causa também um grande número de demissões no primeiro mandato de Menem em função das privatizações. Com o novo sistema econômico também começou a crescer o número de atividades econômicas com nível de absorção de mão-de-obra muito baixo, ou seja, o crescimento econômico já não era mais diretamente ligado ao desenvolvimento social. Dessa maneira, ao olhar o crescente desemprego e os fatos acima mencionados, nota-se que o desemprego é de fato endêmico ao sistema, e que o sistema precisa dele para se alimentar. Um exemplo é que a para se manter a convertibilidade era necessário baixos salários, e o método utilizado para manter os salários baixos, ou até diminuí-los, é por meio de um contingente de desempregados que criam uma âncora salarial.

Com cada vez mais desempregados, a população começa a ficar inquieta, resultando em uma série de protestos em meados da década, que também é quando a pobreza e o desemprego disparam. Aí observamos a criação de novas políticas sociais, mas que não tem o objetivo de eliminação da pobreza e do desemprego. Essas novas políticas sociais tem como objetivo cumprir um papel de arrefecimento das revoltas populares, existem como uma ferramenta para a

manutenção do sistema econômico. Tanto essas políticas não funcionaram, como o governo Menem termina com uma grave recessão, com pobreza e desemprego crescente, deixando de legado um Plano de Convertibilidade em crise, que leva ao maior pico de pobreza visto na Argentina no ano de 2002, quando 54,3% da população platina se encontra abaixo da linha da pobreza (INDEC, 2013).

A partir do presente trabalho, portanto, foi possível observar a relação entre a teoria neoliberal e a realidade presente nas políticas aplicadas por Menem. Como vimos, o neoliberalismo de um âmbito geral coloca em primeiro plano as questões econômicas de um país, relegando ao segundo plano questões sociais. Com isso, quando um país se encontra em uma crise econômica, a lógica é de primeiro arrumar os números, sem se preocupar com o que isso pode significar para a sociedade, a lógica do “esperar crescer, para depois distribuir”. Enxergamos isso em Menem com a adoção do Plano de Convertibilidade, que adere a convertibilidade do peso, juntamente com uma série de medidas de austeridade, focando apenas na redução da inflação e equilíbrio fiscal sem a preocupação dos efeitos a curto e médio prazo para a população.

Sendo assim, enxergamos que com o novo plano econômico de Menem, por mais que em um primeiro momento tenha havido uma melhora nos índices econômicos, os índices sociais não acompanharam, ocorrendo o aumento do desemprego. Esse aumento do desemprego é decorrente das privatizações, uma clássica medida neoliberal, que além de resultar na demissão de trabalhadores, também aumenta o valor dos serviços prestados à sociedade, diminuindo a abrangência de seu acesso, e em longo prazo diminui a arrecadação de impostos por parte do Estado, que poderiam ir para o investimento em saúde ou educação, por exemplo.

O aumento do desemprego é decorrente também da flexibilização das leis trabalhistas, que segundo o consenso neoliberal é necessário para que aumentem as vagas de trabalho, uma vez que o excesso dessas leis eleva o custo de produção. Ao vermos essa flexibilização na prática, porém, a diminuição nos custos de produção não levou as empresas a contratarem mais, mas apenas capitalizar em cima disso para aumentar os seus lucros ao colocar uma maior carga de trabalho em cima de um trabalhador. Além disso, as políticas econômicas aplicadas, como vimos, resultaram também em uma diminuição dos salários.

Dessa forma as políticas neoliberais que deveriam melhorar a economia e consequentemente o bem-estar da sociedade, serviram, até determinado ponto, apenas para

melhorar a economia. Uma vez que houve um aumento no número de desempregados, ao invés de um aumento na oferta de empregos, até em função da necessidade da existência de um contingente de desempregados a fim de manter os salários baixos; uma precarização das condições de trabalho, fazendo com que as pessoas que possuíam emprego tivessem seus salários diminuídos. E mesmo assim, as políticas neoliberais estimularam a economia apenas até metade da década, já que a convertibilidade adotada era vulnerável e não conseguiu se sustentar, resultando em uma recessão econômica e piora ainda maior dos índices sociais. Dessa forma, congregado ao aumento do desemprego, houve o aumento dos índices de pobreza e deterioração das condições de vida na Argentina durante o período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, Carlos; GOLBERT, Laura. **Los empresarios y sus organizaciones**: Actitudes y reacciones en relación al Plan Austral. Buenos Aires, Argentina, 1989.

_____; KESSLER, Gabriel; REPETTO, Fabián. **Evolucion de la política social argentina en la década de los noventa**: Cambios en su logica, intencionalidad y en el proceso de hacer la política social. Buenos Aires, 2002. Disponível em:
<<http://lanic.utexas.edu/project/laoap/claspo/dt/0003.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

AGÜERO, Felipe. **The Military in the Process of Political Democratization in South America and South Europe**: Outcomes and Initial Conditions. Trabalho apresentado no XV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, San Juan, 1989.

ALCÁNTARA, Manuel. Problems of Democracy in Argentina: Alfonsín, Crisis and Elections. **Working Papers**, Barcelona, n. 21, nov. 1990. Disponível em:
<<https://core.ac.uk/download/pdf/13283406.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

ARGENTINA. Lei nº 23928, de 27 de março de 1991. **Convertibilidad del Austral**. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/328/norma.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

ARUGUETE, Eugenia. Lucha política y conflicto de clases en la posdictadura. Límites a la constitución de alianzas policlasistas durante la administración Alfonsín. In: PUCCIARELLI, Alfredo (Coord.), **Los años de Alfonsín**. ¿El poder de la democracia o la democracia del poder? Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

AUYERO, Javier. Los cambios en el repertorio de la protesta social en la Argentina. **Desarrollo Económico**, [s.l.], v. 42, n. 166, p.187-210, jul. 2002. JSTOR.
<http://dx.doi.org/10.2307/3455940>. Disponível em:
https://www.jstor.org/stable/3455940?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 12 nov. 2019.

BAGHDASSARIAN, William. Fazer o bolo crescer para depois dividi-lo. **Gazeta do Povo**. [S.l.]. 01 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/fazer-o-bolo-crescer-para-depois-dividi-lo/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BARTON, Jonathan R.; TEDESCO, Laura. **The State of Democracy in Latin America**: Post-transitional conflicts in Argentina and Chile. Nova York: Routledge, 2004.

BERNAL-MEZA, Raúl. Política exterior Argentina: de Menem a de la Rúa ¿Hay una nueva política?. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 16, n. 1, p. 74-93, Jan. 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000100009>.

BLUSTEIN, Paul. **And the Money Kept Rolling In (And Out)** – Wall Street, the IMF and the bankrupting of Argentina. Nova York: Public Affairs, 2005.

BORÓN, Atílio. El experimento neoliberal de Menem. In: _____ et al. **Peronismo y Menemismo**. Buenos Aires: El Cielo Por Asalto, 1991.

_____. Los axiomas de Anillaco. In: _____ et al. **El Menemato**. Buenos Aires: Letra Buena, 1995.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Reformas Neoliberais na América Latina. **Aedos: Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p.31-56, dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/download/76430/47330>> Acesso: 22 out. 2019.

CALVENTO, Mariana. Fundamentos teóricos del neoliberalismo: su vinculación con las temáticas sociales y sus efectos en América Latina. **Convergencia: Revista de Ciencias Sociales**, Toluca, v. 13, n. 41, p.41-59, maio 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10504102>> Acesso em: 25 out. 2019.

CANELO, Paula. Son palabras de Perón: Continuidades y rupturas discursivas entre peronismo y menemismo. In: PUCCIARELLI, Alfredo. **Los años de Menem: La construcción del orden neoliberal**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. Cap. 2. p. 71-111.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.l.], v. 43, n. 2, p.5-27, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2019.

CONKLIN, Margaret; DAVIDSON, Daphne. The I.M.F. and Economic and Social Human Rights: A Case Study of Argentina, 1958-1985. **Human Rights Quarterly**, [S.l.], v. 8, n. 2, p.227-269, 1986

COONEY, Paul. Argentina's Quarter Century Experiment with Neoliberalism: From Dictatorship to Depression. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.7-37, abr. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482007000100001>>. Acesso em: 17 out. 2019.

COOPER, Richard N.; MUSSA, Michael. Argentina and the Fund: From Triumph to Tragedy. **Foreign Affairs**, [S.l.], v. 81, n. 6, 2002. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/20033366>.

CORIGLIANO, Francisco. La Dimensión Bilateral de las Relaciones entre Argentina y Estados Unidos Durante la Década de 1990: el ingreso al paradigma de “relaciones especiales”. In: ESCUDÉ, Carlos (org.). **Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina**, 2003.

DANANI, Claudia. América Latina luego del mito del progreso neoliberal: las políticas sociales y el problema de la desigualdad. **Ciências Sociais Unisinos**, [S.l.], v. 44, n. 1, p.39-48, jan. 2008.

DE LA BALZE, Felipe. Argentina y Brasil: enfrentando el siglo XXI. In: DE LA BALZE, Felipe; F. De La Balze; BANDINELLI, Elvio (Orgs), **Argentina y Brasil: enfrentando el siglo XXI**. Buenos Aires: ABRA, 1995.

DELFINI, Marcelo Fabián; PICCHETTI, Valentina. Desigualdad y pobreza en Argentina en los noventa. **Política y Cultura**, [s.l.], n. 25, p.187-206, nov. 2005. Disponible em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-77422005000200009>. Acceso em: 12 nov. 2019.

DI TELLA, Torcuato. **História social da Argentina contemporânea**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017. Disponible em: <<http://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/1790-funag-publica-historia-social-da-argentina-contemporanea>>. Acceso em: 21 out. 2019.

DUARTE, Marisa. Los impactos de las privatizaciones sobre el mercado de trabajo: desocupación y creciente precarización laboral. In: AZPIAZU, Daniel (Ed.). **Privatizaciones y Poder Económico**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, p.1-19, abr. 2017.

DUSCHATZKY, Silvia. **Tutelados y asistidos: Programas sociales, políticas públicas y subjetividad**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

ESCODÉ, Carlos. **El Realismo de los Estados Débiles: La política exterior del primer Gobierno Menem frente a la teoría de las relaciones internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995.

ESQUIVEL, Valeria; MAURIZIO, Roxana. La desigualdad de los ingresos y otras inequidades en Argentina post-convertibilidad. **Policy Paper Series Workshop**. Economics Working Group (EWG). 2005.

FERRER, Aldo. **A economia argentina: De suas origens ao início do século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FREYRE, María Laura. El problema del desempleo en Argentina y el surgimiento de los Planes de Empleo y sostenimiento de ingresos en la agenda pública. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 51, p.35-54, set. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987314225103>.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo y Libertad**. Madrid: Rialp, 1966.

GERCHUNOFF, Pablo; LLACH, Lucas. **El ciclo de la ilusión y el desencanto: Un siglo de políticas económicas argentinas**. Buenos Aires: Ariel, 1998.

GERVASONI, Carlos. **Del Distribucionismo al Neoliberalismo: Los Cambios en la Coalición Electoral Peronista durante el Gobierno de Menem**. 1998. Trabalho apresentado no Latin American Studies Association The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, 1998.

GRASSI, Estela. **Políticas y problemas sociales en la construcción del Estado neoliberal asistencialista (1990-1998)**: Aportes a la antropología política en la Argentina. 1999. 1 v. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1999.

HALPERIN, Leopoldo et al. Políticas sociales en la Argentina: entre la ciudadanía plena y el asistencialismo focalizado en la contención del pauperismo. **Cuadernos del Ceped No. 10**, Buenos Aires, n. 10, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/ceped-uba/20161206031846/pdf_418.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____; VINO CUR, Pablo. **Pobreza y políticas sociales en Argentina de los años noventa**. Santiago do Chile: CEPAL, 2004. Série Políticas Sociais.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. 3. ed. Madrid: Akal, 2007.

HAYEK, Friedrich Von. **Camino de servidumbre**. Madrid: Alianza, 1995.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Revista de Economía Política**, v. 31, n. 2, p.238-248, jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS (INDEC). **Evolución de la indigencia, la pobreza y la desocupación en el GBA desde 1988 en adelante**: relatório estatístico. Buenos Aires, 2013.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). **The IMF and Argentina, 1991–2001**: relatório de avaliação. Washington, DC, 2004. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/Independent-Evaluation-Office-Reports/Issues/2016/12/31/The-IMF-and-Argentina-1991-2001-17590>>. Acesso em: 15 out. 2019.

KOTZ, David M.. **The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A Transição e Consolidação da Democracia**: A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MACLACHLAN, Colin M.. **Argentina: What Went Wrong**. [S.l.]: Praeger, 2006.

MASSANO, Juan Pedro. El “Plan Austral” y el avance del “consenso del ajuste” durante la transición democrática. **Sociohistórica**, [s.l.], n. 42, 3 dez. 2018. Universidad Nacional de La Plata. <http://dx.doi.org/10.24215/18521606e062>. Disponível em: <<https://www.sociohistorica.fahce.unlp.edu.ar/article/view/SHe062>>. Acesso em: 30 out. 2019.

MORERO, Hernán. Competitividad Y Flexibilización Laboral en la Argentina de la Convertibilidad. **Actualidad Económica**, [s.l.], v. 20, n. 72, p.9-29, set./dez. 2010.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **Política y poder en el gobierno Menem**. Buenos Aires: Norma, 1996.

PERALTA RAMOS, Monica. **La economía política argentina: poder y clases sociales 1930-2006**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

PEREIRA, Luiz Bresser; NAKANO, Yoshiaki. **Inflação inercial e choque heterodoxo no Brasil**. 1986. Disponível em: <<http://bresserpereira.sitepessoal.com/papers/1986/86-InflacaoInercial&choqueheterodoxoBrasil.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

PIGNA, Felipe. **Ricardo Balbín**. 2019. Disponível em: <<https://www.elhistoriador.com.ar/ricardo-balbin/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

PUCCIARELLI, Alfredo. ¿Crisis o decadencia? Hipótesis sobre algunas transformaciones recientes de la sociedad argentina. **Estudios Sociológicos**, [S.l.], v. 17, n. 49, p.121-152, 1998.

_____. Menemismo. La construcción política del peronismo neoliberal. In: _____ (Org.). **Los años de Menem: La construcción del orden neoliberal**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011. Cap. 1. p. 23-70

QUIROGA, Hugo. **La reconstrucción de la democracia Argentina (1983-2003)**. Buenos Aires, [2005?]. Disponível em: <<http://historiasal.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/sites/82/2015/06/Quiroga-La-reconstruccion-de-la-democracia-Argentina.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019.

RANGEL, Rubí Martínez; GARMENDIA, Ernesto Soto Reyes. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. **Política y Cultura**, México, n. 37, p.35-64, set. 2012.

RAPOPORT, Mario et al. **Historia económica, política y social de la Argentina**. Buenos Aires: Macchi, 2000.

_____. Argentina: economia e política internacional: Os processos históricos. **Revista Dep: Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, n. 10, p.27-51, dez. 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP10_Portugues.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

REYNARES, Juan Manuel. Neoliberalismo y actores políticos en la Argentina contemporánea. **Perfiles Latinoamericanos**, [s.l.], v. 25, n. 50, p.279-299, jul. 2017. Disponível em: <<http://perfilesla.flacso.edu.mx/index.php/perfilesla/article/view/570>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ROCK, David. Racking Argentina. **New Left Review**, Londres, n. 17, set./out.. 2002. Disponível em: <<https://newleftreview.org/issues/III17/articles/david-rock-racking-argentina>>. Acesso em: 30 out. 2019.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____. **La larga crisis Argentina: del siglo XX al siglo XXI**. Siglo Veintiuno Editores, 2013.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. **El Lugar de Brasil en la Política Exterior Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

SANTORO, M. O Alinhamento entre Argentina e Estados Unidos na Política Externa de Menem. **Carta Internacional**, v. 10, n. 2, p. 65-80, 15 ago. 2015. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/284>>. Acesso em: 25 out. 2019.

SANTOS, Theotonio dos. **Auge e declínio do neoliberalismo**. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 13-37, jun 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000200003&lng=e<<https://www.imf.org/en/Publications/Independent-Evaluation-Office-Reports/Issues/2016/12n&nrm=iso>>. Acesso em: 17 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782009000200003>.

SMITH, William C.. Democracy, Distributional Conflicts and Macroeconomic Policymaking in Argentina, 1983 - 89. **Journal Of Interamerican Studies And World Affairs**, [S.l.], v. 32, n. 2, p.1-42, 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/166007> .>. Acesso em: 06 nov. 2019.

STEWART, Frances. La insuficiencia crónica del ajuste. In BUSTELO, Eduardo; MINUJIN, Alberto (Org). **Todos entran. Propuesta para sociedades incluyentes**. Buenos Aires: UNICEF-Santillana, 1998.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. A Crise Argentina: Cooperação e conflito nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI. **Cesa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento**, Lisboa, v. 8. 2005. Disponível em: <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/est_des8.pdf> Acesso em: 26 out. 2019.

VIANINI, Fernando Marcus Nascimento. **A Trajetória Econômica da Argentina: 1989 - 2007**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1902/1/fernandomarcusnascimentovianini.pdf>> Acesso em: 17 out. 2019.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Dez anos que abalaram o século XX: política internacional de 1989 a 1999**. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

WORLD BANK. **External debt stocks (% of GNI) - Argentina**. 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/DT.DOD.DECT.GN.ZS>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **GDP growth (annual %) - Argentina**. 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=AR>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **GINI index (World Bank estimate) - Argentina.** 2019. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=AR>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

WYNIA, Gary. **Argentina: illusions and realities.** Nova York: Holmer & Meier, 1992. Disponível em: <<https://archive.org/search.php?query=external-identifier%3A%22urn%3Aacs6%3Aargentinaillu0000wyni%3Apdf%3Ae65566d3-39a7-4a99-8cc6-bc0ea8eec7d4%22>>. Acesso em: 25 out. 2019.

**ANEXO A – TABELA DE EVOLUÇÃO DA INDIGÊNCIA, POBREZA E DESEMPREGO
EM GRANDE BUENOS AIRES (1988 - 2002).**

| Data da pesquisa | Família | | Pessoas | | Taxa de Desemprego |
|------------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------------------|----------------------------|--------------------|
| | Abaixo da linha da indigência | Abaixo da linha da pobreza | Abaixo da linha da indigência | Abaixo da linha da pobreza | |
| mai/88 | 5,5 | 22,5 | 8,6 | 29,8 | 6,3 |
| out/88 | 7,0 | 24,1 | 10,7 | 32,3 | 5,7 |
| mai/89 | 5,9 | 19,7 | 8,0 | 25,9 | 7,6 |
| out/89 | 11,6 | 38,2 | 16,5 | 47,3 | 7,0 |
| mai/90 | 8,7 | 33,6 | 12,5 | 42,5 | 8,6 |
| out/90 | 4,6 | 25,3 | 6,6 | 33,7 | 6,0 |
| mai/91 | 3,6 | 21,9 | 5,1 | 28,9 | 6,3 |
| out/91 | 2,2 | 16,2 | 3,0 | 21,5 | 5,3 |
| mai/92 | 2,3 | 15,1 | 3,3 | 19,3 | 6,7 |
| out/92 | 2,5 | 13,5 | 3,2 | 17,8 | 6,7 |
| mai/93 | 2,9 | 13,6 | 3,6 | 17,7 | 10,6 |
| out/93 | 3,2 | 13,0 | 4,4 | 16,8 | 9,6 |
| mai/94 | 2,6 | 11,9 | 3,3 | 16,1 | 11,1 |
| out/94 | 3,0 | 14,2 | 3,5 | 19,0 | 13,1 |
| mai/95 | 4,3 | 16,3 | 5,7 | 22,2 | 20,2 |
| out/95 | 4,4 | 18,2 | 6,3 | 24,8 | 17,4 |
| mai/96 | 5,1 | 19,6 | 6,9 | 26,7 | 18,0 |
| out/96 | 5,5 | 20,1 | 7,5 | 27,9 | 18,8 |
| mai/97 | 4,1 | 18,8 | 5,7 | 26,3 | 17,0 |
| out/97 | 5,0 | 19,0 | 6,4 | 26,0 | 14,3 |
| mai/98 | 4,0 | 17,7 | 5,3 | 24,3 | 14,1 |
| out/98 | 4,5 | 18,2 | 6,9 | 25,9 | 13,3 |
| mai/99 | 5,4 | 19,1 | 7,6 | 27,1 | 15,6 |
| out/99 | 4,8 | 18,9 | 6,7 | 26,7 | 14,4 |
| mai/00 | 5,3 | 21,1 | 7,5 | 29,7 | 16,0 |
| out/00 | 5,6 | 20,8 | 7,7 | 28,9 | 14,7 |
| mai/01 | 7,4 | 23,5 | 10,3 | 32,7 | 17,2 |
| out/01 | 8,3 | 25,5 | 12,2 | 35,4 | 19,0 |
| mai/02 | 16,0 | 37,7 | 22,7 | 49,7 | 22,0 |
| out/02 | 16,9 | 42,3 | 24,7 | 54,3 | 18,8 |

Fonte: Adaptado de INDEC (2013).